

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM
LETRAS / ESPANHOL E LITERATURAS

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

1º Semestre



Ministério
da Educação



Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Educação

Ministro do Estado da Educação Fernando Haddad
Secretária da Educação Superior Maria Paula Dallari Bucci
Secretário da Educação a Distância Carlos Eduardo Bielschowsky

Universidade Federal de Santa Maria

Reitor Clóvis Silva Lima
Vice-Reitor Felipe Martins Muller
Chefe de Gabinete do Reitor João Manoel Espina Rossés
Pró-Reitor de Administração André Luis Kieling Ries
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis José Francisco Silva Dias
Pró-Reitor de Extensão João Rodolfo Amaral Flores
Pró-Reitor de Graduação Jorge Luiz da Cunha
Pró-Reitor de Planejamento Charles Jacques Prade
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa Helio Leães Hey
Pró-Reitor de Recursos Humanos João Pillar Pacheco de Campos
Diretor do CPD Fernando Bordin da Rocha

Coordenação de Educação a Distância

Coordenadora EaD Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso
Vice-Coordenadora de EaD Roseclea Duarte Medina
Coordenador de Polos Roberto Cassol
Gestão Financeira José Orion Martins Ribeiro

Centro de Artes e Letras

Diretor do Centro de Artes e Letras Edemur Casanova
*Coordenadora do Curso de Letras/
Espanhol e Literaturas* Maria Tereza Marchesan

Elaboração do Conteúdo

Professora pesquisadora/conteudista Tatiana Valéria Trevisan

Equipe Multidisciplinar de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação - ETIC

Coordenador da Equipe Multidisciplinar Carlos Gustavo Matins Hoelzel
Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso
Rosiclei Aparecida Cavichioli Laudermann
Sílvia Helena Lovato do Nascimento
Volnei Antônio Matté

Ronaldo Glufke
André Krusser Dalmazzo
Edgardo Gustavo Fernández

Desenvolvimento da Plataforma Marcos Vinícius Bittencourt de Souza
Gestão Administrativa Ligia Motta Reis
Gestão do Design Diana Cervo Cassol
Designer Evandro Bertol

ETIC - Bolsistas e Colaboradores

Orientação Pedagógica Elias Bortolotto
Fabrício Viero de Araujo
Gilse A. Morgental Falkembach
Leila Maria Araújo Santos

Revisão Textual Daniele Vieira Bauermann

Diagramação Evandro Bertol
Criscia Raddatz Bolzan
Gabriel Barbieri
Leonardo Moreira Fabrin
Luiza Kessler Gama
Naieni Ferraz
Victor Schmitt Raymundo

Suporte Técnico Adílson Heck
Ândrei Componogara
Bruno Augusti Mozzaquatro

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS ESPANHOL A DISTANCIA

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

1º semestre

Sumário

Apresentação da Disciplina: A Sociologia “na” e “para” a Educação	5
UNIDADE A – A Visão de Sociologia da Educação em Émile Durkheim	7
Objetivos da Unidade A.....	7
Introdução da Unidade A.....	7
Características Apresentadas pelos Fatos Sociais	9
Reconhecimento do Fato Social.....	11
O Processo Educativo e a Socialização do Indivíduo	13
O homem é determinado pela sociedade ou o homem determina a sociedade?.....	14
UNIDADE B – Marx: Sociedade e Educação no Mundo Industrial	16
Objetivos da Unidade B.....	16
Introdução da Unidade B.....	16
O Pensamento de Karl Marx e sua Relação com a Sociologia da Educação	16
As Formas de Consciência no Mundo da Produção	19
UNIDADE C - Sociedade, Educação e Desencantamento	27
Objetivos da Unidade C.....	27
Introdução da Unidade C.....	27
Max Weber e a Sociologia da Educação.....	27
O Pensamento Sociológico de Max Weber	29
E a Educação... ..	34
UNIDADE D – Três Teóricos do Século XX e a Educação	37
Objetivos da Unidade D.....	37
Introdução da Unidade D.....	37
Bourdieu e as Estruturas de Reprodução.....	37
Gramsci: Os Intelectuais e a Batalha das Idéias	40
Mannheim, A Democracia como a Luz no Fim do Túnel.....	44
UNIDADE E - Características Sociológicas da Sociedade Brasileira	46
Objetivos da Unidade E.....	46
Introdução da Unidade E.....	46
O Desenvolvimento Histórico-Social da Sociologia no Brasil	46
Temas e Questões da Sociologia Contemporânea: Estudos de Educação	50
Globalização: O Que É e Quais seus Efeitos na Sociedade e na Educação	56

Apresentação da disciplina

Disciplina: Sociologia da Educação (carga horária 45h)

A Sociologia “na” e “para” a Educação



As transformações tecnológicas, geradas pela revolução industrial, modificaram as relações sociais, levando a uma reavaliação das formas de analisar e interpretar as interações humanas. Esse fenômeno moderno origina, ao lado das inovações nas pesquisas acadêmicas, novos campos do conhecimento nas áreas das ciências humanas.

É com o advento do mundo moderno que a Sociologia estruturou-se como disciplina científica e tem como preocupação analisar as transformações que o capitalismo operou na vida econômica, política, intelectual, afetiva e cultural das sociedades. Sendo assim, a Sociologia surgiu para oferecer respostas aos problemas que se desencadearam a partir das novas configurações do mercado industrial, provocando complexas relações na vida em sociedade.


Essa complexidade redirecionou o discurso pedagógico, que reconhece a pluralidade e traz a exigência de educar aceitando o outro em sua alteridade, na qual a visão do outro deve ser pensada como possibilidade, sem a intenção de submetê-lo. Essa reivindicação se tornou possível por intermédio da mudança de interpretação da realidade para a afirmação da alteridade. Ao mudar o entendimento de realidade, surge uma nova visão do estranho e do outro. De forma sucinta, Hermann esclarece essa interpretação atribuída ao longo dos tempos.

No mundo antigo, a realidade era irresistível no momento de sua aparição; na Idade Média, ela foi garantida através de Deus e, no Iluminismo, a realidade foi assegurada pela razão soberana dos conceitos e da relação com o mundo. Hoje, ao contrário, não há realidade segura. Ela aparece construída e interpretada, como experiência heterogênea (HERMANN, 2001, p. 134).

Nesse sentido, a pluralidade é uma consequência necessária dessa forma de experiência com a realidade, uma vez que cada interpretação encontra seu limite na perspectiva do outro. A contingência vincula-se à idéia de como o outro é possível, enquanto abertura de possibilidades, deixando o espaço para a pluralidade contra o esmagamento do modelo único e seus perigos.

Na perspectiva dessas considerações, a educação não emerge de uma abstração e nem se dá no vácuo. Ela integra elementos que são constituídos nas relações intersubjetivas carregadas das crenças e valores do intérprete situado na História, intercâmbios simbólicos, correspondências afetivas, interesses sociais e cenários políticos. Nesse contexto, educar se configura numa interação entre sujeitos, da entrega à própria experiência educativa, da lógica do acontecimento, que não é captável pela lógica dos conceitos.

A instância mediadora da ação pedagógica torna possível a relação de reciprocidade entre sujeito e sociedade. Nesse sentido, a educação se dá pela interação, que abre possibilidades para a imprevisibilidade e para o novo, pois instiga a liberdade e a criatividade. Educar pressupõe a formação integral do homem, de sua capacidade física, intelectual e moral, visando não só a formação de habilidades, mas também do caráter e da personalidade social.



Educação e sociedade:
Interação, Pluralidade, Compreensão

A educação como abertura para o reconhecimento da alteridade, tem como perspectiva compreender a educação como mediação de um projeto social. Ou seja, por si, ela nem redime nem reproduz a sociedade, mas serve de meio, ao lado de outros meios, para realizar um projeto da sociedade voltado para os valores da ética e da estética. A educação, nesse sentido, tem por significado e finalidade a ampliação dos horizontes de compreensão dos indivíduos no que diz respeito à sociedade.

Nesse sentido, no entendimento de Rodrigues (2004), a Sociologia da Educação se preocupa em compreender as relações que existem nas práticas cotidianas, a fim de promover o reconhecimento das diferenças, fazendo valer a polissemia dos discursos e criar um espaço de compreensão mútua entre os envolvidos.

UNIDADE A

A Visão de Sociologia da Educação em Émile Durkheim

Objetivos

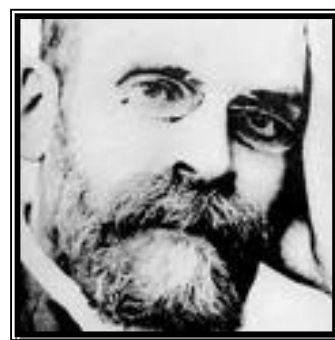
- Identificar a construção histórico-social da disciplina de Sociologia da Educação;
- Delimitar e compreender o papel da Sociologia frente ao estudo dos fatos sociais na visão durkheiminiana;
- Identificar o papel da educação como instância social.

Introdução

Nesta unidade, conheceremos a visão de Sociologia da Educação em Émile Durkheim, considerado um dos principais expoentes na Sociologia da Educação positivista. Verificaremos a importância da educação, na visão durkheiminiana, enquanto mediadora da relação do indivíduo e sociedade e o quanto o processo educativo é capaz de promover a socialização do sujeito.

A Visão de Sociologia da Educação em Émile Durkheim

Émile Durkheim nasceu na cidade de Épinal, na França. Iniciou seus estudos em sua cidade natal e continuou os mesmos em Paris, formando-se em Filosofia. Foi professor de pedagogia em Bordeaux e Sorbonne e depois passou a lecionar Sociologia. Foi o responsável pela introdução do ensino da Sociologia no ensino superior.



Interessado pelo socialismo e influenciado por Comte, relacionou sua busca de um método rigoroso aos problemas sociais de seu tempo.

Durkheim observa que cabe a Sociologia descobrir as leis da vida social, apresenta a Sociologia como uma ciência positiva, como um estudo metódico. Deve-se a ele, o reconhecimento da Sociologia enquanto ciência, com objeto e método de estudos próprios. Deu fundamento a uma forma determinada de análise da

sociedade – a análise funcionalista. Tal análise baseia-se na visão da sociedade como um organismo, à semelhança de um organismo vivo, um todo integrado, onde cada parte desempenha uma função necessária ao equilíbrio do todo.

A preocupação de Durkheim foi com a ordem social e afirmava que a raiz de todos os males estava na fragilidade da moral contemporânea. Julgava poder apontar caminhos para a sociedade com a ajuda da ciência. Segundo ele, os valores morais constituem elementos eficazes para neutralizar as crises econômicas e políticas.

A principal tarefa da Sociologia é o estudo dos fatos sociais e não dos individuais. A concepção de Sociologia se baseia na teoria do fato social. O objetivo de Durkheim era demonstrar que pode e deve existir uma Sociologia objetiva e científica, conforme as outras ciências tendo por objeto o fato social. Segundo ele, é fundamental ver a tendência coletiva. A tarefa da Sociologia é estudar a sociedade como um todo, condicionando suas partes.

Para Durkheim, o fator social é sempre o determinante. O meio moral que serve de entorno aos indivíduos deve ser tomado como um dado bruto a observação do investigador que não deve assumir em momento algum os valores nele contidos.

A Sociologia é o estudo dos fatos sociais. E fatos sociais são modos de agir que exercem sobre o indivíduo uma coerção exterior, com existência própria, independente das manifestações individuais.

O fato social apresenta uma existência objetiva e não significa o resultado de uma acumulação de fatos individuais. O social precede o individual e nunca é redutível a ele; a Sociologia não é uma psicologia, a causa determinante de um fato social deve ser buscada entre os fatos sociais antecedentes, e não entre os estados da consciência individual. O método para a pesquisa social deveria ser realizado diante do rompimento com o espiritualismo e com o subjetivismo.

O sociólogo deve proceder como cientista, onde a Sociologia deve utilizar informações controláveis e provenientes de um tratamento objetivo; ela deverá ordenar os dados coletados para construir tipos sociais que permitam a comparação. O seu método deve “considerar os fatos sociais como coisas”.

Características Apresentadas pelos Fatos Sociais

Objetividade: os fatos sociais são objetivos e são exteriores à consciência individual, provêm da sociedade e não do indivíduo, são próprios do grupo. O indivíduo os adquire para viver em sociedade, são anteriores e superiores ao indivíduo. Ex.: modo de vestir, língua, religião.

Coerção: os fatos sociais se impõem ao indivíduo, exercem pressão social. Se o indivíduo tentar desviar-se do grupo social, sofre sanções aprovativas ou reprovativas.

Generalidade e Diversidade: os fatos sociais são gerais, pois existem em todas as sociedades. Mas ao mesmo tempo, não são uniformes. Todo o fato social depende do grupo, da época, do local.

Solidariedade Mecânica e Orgânica: nas sociedades onde predominam a solidariedade mecânica, os indivíduos participam de uma consciência coletiva comum. A solidariedade mecânica tem sua origem na semelhança dos membros individuais e o estado é de consciência coletiva. Nas sociedades de solidariedade mecânica existe um total predomínio da sociedade sobre o indivíduo. A semelhança é muito forte entre os indivíduos e o espaço individual é menor.

Na sociedade de solidariedade orgânica, os indivíduos estão integrados na sociedade e cada um depende do outro. Isto deve-se à especialização de funções e ao crescimento da divisão social do trabalho e a heterogeneidade entre os indivíduos, diminuindo a consciência coletiva.

Nas sociedades arcaicas, a diferenciação dos indivíduos se traduz por uma solidariedade de tipo mecânico, “por similitude”; todos os indivíduos são semelhantes, fazem as mesmas coisas. Em nossas sociedades complexas, em que a divisão do trabalho é mais acentuada, a diferenciação se faz por solidariedade orgânica: o vínculo social repousa na separação das atividades, repartidas de maneira complementar e mais ou menos parcelar. Assim, a sociedade cria o “indivíduo”, a pessoa.

Anomia e Patologia: significa ausência de normas. Segundo Durkheim, os problemas sociais tinham sua origem na ausência de normas. O mundo moderno, que trouxe liberdade aos indivíduos, trouxe também excesso de egoísmo e individualismo. Os códigos morais entraram em declínio, e a falta de orientações morais gerou a falta de regras.

A anomia moderna tem por origem uma nova forma de divisão do trabalho social – separação das atividades de concepção e de execução, e especialização das tarefas – que favorece o individualismo.

As partes da sociedade que não estavam integradas e não contribuíam para o bom funcionamento do todo eram, para Durkheim, chamadas de fatos sociais patológicos. Os comportamentos patológicos (regras sociais falhas) representam “doenças”. Tais comportamentos representam a falta de cumprimento de função de cada um e atrapalham o bom andamento do todo.

Funcionalismo: a idéia funcionalista não tem origem com Durkheim, mas ele a tomou de Darwin e Spencer. O funcionalismo compara a sociedade com um organismo vivo em que cada parte desempenha sua função. Se cada parte desempenha bem sua função, o todo vai bem. Se uma parte do organismo falha, todo o organismo se ressent. No modo de ver funcionalista, a sociedade é como um organismo integrado em que cada parte deve cumprir sua função. E, se existem problemas na sociedade, é porque as partes não estão suficientemente integradas. Cabe à Sociologia localizar as partes que não estão bem integradas e restaurar o funcionamento normal.

Sociedade e Indivíduo: para Durkheim, a sociedade é superior e tem precedência sobre o indivíduo. A vida social se explica pela sociedade e não pelo indivíduo. As estruturas sociais funcionam independentemente dos indivíduos e condicionam suas ações. A sociedade age sobre os indivíduos e modela suas formas de agir, pensar e sentir.

Metodologia: tendo como pressuposto que a sociedade é superior ao indivíduo e que as ciências sociais devem imitar as ciências da natureza, para Durkheim, uma ciência madura deve se assentar no método. Ele buscava uma Sociologia com as mesmas características da física, química, astronomia. Em **As Regras do Método Sociológico** estabeleceu as condições de investigação científica e positiva. Partia do pressuposto de que a realidade social é idêntica à realidade da natureza e, assim como as “coisas” da natureza funcionam independentemente da ação da natureza, assim também as “coisas” da sociedade independem da ação humana. Os fatos sociais devem ser tratados como coisas, isto é, de maneira totalmente objetiva.

Reconhecimento do Fato Social

É possível reconhecer o fenômeno social porque ele se impõe ao indivíduo, fatos sociais exercem coerção sobre os comportamentos individuais, (ex.: moda, casamento, correntes de opiniões).

Para Durkheim, só existe um modo de conhecer os fatos que estão à nossa volta, a saber, gerando uma representação mental, uma chave interpretativa que construímos para lidar com aquilo que a princípio desconhecemos.

As representações podem ser individuais (pessoais) ou coletivas (compartilhadas). As representações sobre os fatos sociais são representações coletivas; é como se existisse dois em nós mesmos, um ser individual (com estados mentais apenas nossos), e ao mesmo tempo um ser social, com uma cabeça social onde habitam um conjunto de crenças, hábitos, valores, os quais não revelam coisas que pensamos com nossa própria mente; tais crenças e valores não revelam uma personalidade privada e sim, o quanto há dos outros em nós. “[...] não apenas o indivíduo faz parte da sociedade, uma parte da sociedade faz parte dele” (RODRIGUES, 2004, p. 24-25).

As representações coletivas são exteriores às consciências individuais, não derivam do indivíduo considerado isoladamente, mas de sua cooperação.

A consciência coletiva, a sociedade ao mesmo tempo individual e coletiva que a obriga a comportar-se conforme o desejo da sociedade, não existe individualmente, mas pela cooperação entre os indivíduos. Segundo essa existência social, essa vida coletiva é obra não apenas dos indivíduos que cooperam entre si num dado momento da vida da sociedade, mas também de gerações passadas, que ajudaram a formar crenças, valores e regras que ainda hoje perduram.

Para Durkheim, o meio moral é produzido pela cooperação entre os indivíduos através de um processo de interação na divisão do trabalho social, que é determinado conforme a predominância na vida coletiva de uma época específica. E este tipo diferente de cooperação dá origem a uma vida moral diferente, em forma de crenças, valores e normas que se seguem geração para geração; e esta vida moral é perpetuada na forma de educação.

Quando os homens possuem pouca divisão do trabalho em sua vida comum, existe entre eles uma solidariedade baseada na semelhança entre as pessoas. Na moderna sociedade industrial, existe uma solidariedade por diferença (orgânica) e

não mais por semelhança (mecânica), em que os indivíduos desempenham funções diferentes umas das outras. Esse processo aumentou com o capitalismo, que levou a uma superespecialização das tarefas.

Durkheim aponta que, quando há pouca divisão do trabalho (solidariedade mecânica), a consciência coletiva é mais forte e extensiva a um número maior de pessoas, pois desempenhando funções sociais muito semelhantes, os indivíduos pensam de modo similar. Quando, ao contrário, há uma divisão do trabalho (solidariedade orgânica) cada pessoa tem uma margem maior de liberdade para pensar e agir por conta própria. Isso gera um enfraquecimento relativo da consciência coletiva, há diminuição das reações da coletividade contra a quebra das regras estabelecidas e uma margem maior para a interpretação pessoal ou grupal dessas regras.

Os meios morais nas sociedades com poucas e muitas divisões de trabalho são distintas. Os valores, crenças e normas, numa sociedade pouco diferenciada, aparecem como imperativos obrigatórios e transmitidos homogeneamente de uma geração para outra; enquanto que, numa sociedade diferenciada, sofrem interferência de grupo.

Quando, cada indivíduo, em função da divisão do trabalho e da especialização, assume valores, crenças e normas diferenciadas, conforme o grupo ao qual se vincula na vida profissional, as regras gerais ficam relativizadas, ficam mais fracas. Podem-se dar interpretações diferentes a elas, conforme o lugar de onde são vistas, a tendência, portanto, será o conflito, decorrente da competição imposta pela diferenciação: os indivíduos passam a guiar-se pela busca da satisfação de interesses que são cada vez mais pessoais e cada vez menos coletivos. É assim que Durkheim vê um fenômeno extremamente disseminado nos dias de hoje: o individualismo.

Quanto mais individualista em termos de crenças e valores é uma sociedade, mais a sua consciência coletiva diminui, o que determinará a perda de uma moral coletiva, que se faz fundamental para a sobrevivência da sociedade.

A solidariedade é um cimento que dá liga à sociedade, se deixada seguir seu rumo sem controle, a solidariedade orgânica provocaria a desintegração da sociedade, provocaria o que Durkheim chamou de anomia, isto é, a ausência de regras, o caos. Se isso não ocorre por completo é porque a consciência coletiva ainda se mantém de alguma forma.

Num meio moral em que o individualismo possibilitado pela diferenciação social compete com a consciência coletiva, a educação assume o significado de educação moral, assume o papel fundamental de preservação e promoção da coesão social.

Sendo um dos principais expoentes na Sociologia da Educação Positivista, Durkheim considerava a educação como imagem e reflexo da sociedade. A educação para Durkheim é o processo pelo qual aprendemos a ser membros da sociedade. Educação é socialização, e a cada momento histórico, existe um tipo adequado de educação a ser transmitida.

Para Durkheim, socializar-se é aprender a ser membro da sociedade, é aprender o seu devido lugar nela. Só assim é possível preservar a sociedade. Preservá-la inclusive de sua própria diferenciação.

O pensamento de Durkheim foi usado muitas vezes para justificar atitudes e ideologias conservadoras, interessadas em manter a ordem social vigente. O pensamento liberal conservador justifica a desigualdade social como fenômeno natural, afirmando que os homens são dotados de capacidades diferentes. A desigualdade é tomada como questão individual e não social.

O Processo Educativo e a Socialização do Indivíduo

Para a Sociologia, o processo educativo, que procura tornar o indivíduo um membro da sociedade, é chamado de socialização, processo pelo qual os homens são capazes de influenciarem uns no comportamento dos outros, modificando-se mutuamente, num processo de interação social.

Na socialização, atuam em interação os indivíduos e a sociedade. A socialização é um processo de construção, cujos agentes são o ser humano e o grupo social que o cerca. Nesse processo, o indivíduo ao mesmo tempo em que se aproxima da conduta do grupo em que vive, incorporando determinados padrões sociais, age, também, sobre o grupo, tendo a possibilidade de modificá-lo.

Nesse contexto, o processo educativo se apresenta relacionado à técnicas aplicadas com normas vigentes e valores compartilhados pelos indivíduos, no contexto de uma determinada sociedade, cultura e tempo histórico. Para a Sociologia, não há prática pedagógica neutra, todas são construídas em meio a valores e normas.

O homem é determinado pela sociedade ou o homem determina a sociedade?

Diante da necessidade de criar um espaço próprio para a Sociologia, alguns pensadores se empenharam em demonstrar a existência de uma vida coletiva com alma própria, fora da mente do indivíduo (psicologia) ou de outra ciência humana qualquer. Pensaram em tratar a ação individual como o ponto de partida para o entendimento da realidade social, colocando a ênfase não no peso da coletividade sobre os homens, mas na capacidade dos homens de forjar a sociedade a partir de suas relações uns com os outros.

Segundo Rodrigues (2004, p. 20), “[...] a sociedade faz o homem na mesma medida em que o homem faz a sociedade.”. Ao mesmo tempo em que os homens criam o mundo social em que vivem, esse mundo criado sobrevive ao tempo, influenciando os modos de vida das gerações seguintes.

REFERÊNCIAS

BARAQUIN, Noëlla, LAFFITTE, Jacqueline. **Dicionário Universitário dos Filósofos**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Sociologia da Educação**, São Paulo: Cortez, 1993.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ROSSATO, Ricardo; ROSSATO, Ermélio; ROSSATO, Elisiane Rubin. **As Bases da Sociologia**. Santa Maria: Biblos, 2006.

SAIBA MAIS A RESPEITO DESSE ASSUNTO ACESSANDO:

➤ **O criador da Sociologia da Educação**

http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/Esp_022/aberto/criador-sociologia-educacao-349588.shtml

➤ **Educação e Cooperação: Práticas que se Relacionam**

<http://www.scielo.br/pdf/soc/n6/a11n6.pdf>

GLOSSÁRIO

Normas: leis e regulamentos inscritos na estrutura jurídica ou convenções estabelecidas no seio dos grupos sociais.

Valores: escalas de aprovação e reprovação, de critérios de julgamento de si e dos outros, que nunca são individuais e sim compartilhados pelos indivíduos na vida social.

Fato Social: é o objeto de estudo da Sociologia. São maneiras de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo. São exteriores e exercem coerção. Os fatos sociais são encarados como “coisas”.

“**Coisa**”: para Durkheim, é todo objeto de conhecimento que a intelectualidade humana não penetra de modo imediato, necessitando auxílio da ciência.

Consciência Coletiva: possui uma realidade em si como “conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade”. O indivíduo experimenta a sua especificidade na coação que esta exerce quando ele se opõe a ela – pressão exercida pela sociedade para fazer seus membros se conformarem com os modos comuns nessa sociedade dada. Para Durkheim, essa coação é a característica distintiva do fato social. A consciência coletiva é “o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, tal como os tipos individuais.

Para realizar a atividade da UNIDADE A, entre em contato com o professor da disciplina.

UNIDADE B

Marx: Sociedade e Educação no Mundo Industrial

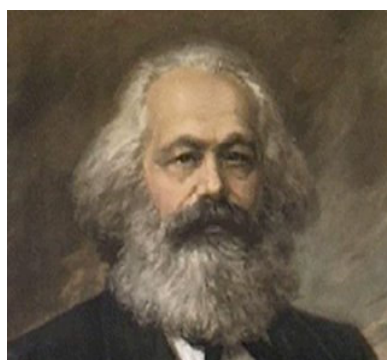
Objetivos

- Conhecer a teoria de Karl Marx, identificando e compreendendo seus principais conceitos a respeito da sociedade;
- Apontar a relação entre as formas de consciência e o mundo do trabalho;
- Delinear o papel da educação, na concepção marxista, como forma de romper a alienação provocada pelo capitalismo.

Introdução

Nesta unidade, enfocaremos a teoria sociológica de Karl Marx, destacando seus principais conceitos em relação à sociedade e à educação. Veremos que a produção nas fábricas originou o desenvolvimento da especialização de tarefas, gerando a desigualdade social, ou seja, a divisão da sociedade em classes.

O Pensamento de Karl Marx e sua Relação com a Sociologia da Educação



Karl Heinrich Marx (1818-1883) economista, filósofo, sociólogo e socialista iniciou seus estudos de Direito na Universidade de Bonn. Após, seguiu para a Universidade de Berlim, para prosseguir nos seus estudos, lá entrou em contato com a Filosofia de Hegel, de quem herdou a concepção dialética e a Filosofia da História,

as quais serão abordadas ao longo do texto. Doutorou-se em Filosofia pela Universidade de Jena.

Dentre suas principais obras podemos citar **O Manifesto Comunista** e **A Ideologia Alemã**, ambas escritas juntamente com seu grande amigo Engels, e a obra de maior destaque **O Capital**. Marx deixou muitas marcas no pensamento da sociedade ocidental do século XIX com suas pesquisas da sociedade capitalista.

Ao perceber a miséria e o sofrimento pelos quais passavam os trabalhadores daquela época, Marx compreendeu que havia um processo histórico em andamento, pois, a burguesia não estava apenas ascendendo na sociedade, utilizando-se de mão-de-obra barata dos operários, mas também, utilizando-se dos conhecimentos que estes possuíam a respeito da produção dos objetos, conhecimentos que aprenderam de seus antepassados, dos quais a burguesia aos poucos se apossava.

Marx procurou, de um lado, perceber a realidade como ela é, analisá-la e reconstruí-la para compreendê-la em sua totalidade. Por outro lado, para compreender como a sociedade realmente se mostrava, ele buscava uma forma de transformá-la, em busca de uma vida melhor.

Com a intenção de promover a transformação da sociedade, Marx lançou uma crítica ao materialismo teórico dos filósofos que havia estudado, principalmente ao idealismo de Hegel, reivindicando uma Filosofia que, ao invés de só interpretar o mundo, também tentasse modificá-lo, transformá-lo.

Formula então, sua dialética materialista, em que postula que as leis do pensamento correspondem às leis da realidade. Para Marx, não são as relações sociais que determinam a vida, mas a vida que é determinada pelas relações sociais, esta seria a base de seu materialismo histórico.

A dialética não é só pensamento. A dialética é pensamento e realidade unidos. Segundo Rodrigues (2004, p. 36) “Para Marx não havia contradição entre teoria e prática [...]”.

Então, para compreender a sociedade, Marx se utilizou do materialismo histórico, o qual pretende explicar a história das sociedades humanas, em todas as épocas, através dos fatos materiais, essencialmente econômicos. Ao buscarem a história humana, ele e seu amigo Friedrich Engels escreveram apud Rodrigues (2004, p. 37), que “[...] a história humana é a história da relação dos homens com a natureza e dos homens entre si (...). Aparecendo como elemento intermediário o trabalho humano”.

A mudança da natureza se dá através do trabalho do homem. Para que as tarefas de produção se tornassem mais eficazes, o homem passou a desenvolver técnicas, por exemplo, inventou a machadinha de pedra, domesticou animais para estes realizarem os trabalhos mais pesados, para aumentar a produção e melhorar sua qualidade de vida e reduzir esforços.

Com a capacidade reflexiva que o homem possui, tornou-se capaz de melhorar suas condições de vida e de domínio da natureza. Esse domínio sobre a natureza, o desenvolvimento de técnicas para tornar o trabalho mais fácil, Marx denominou de “Forças Produtivas”, e que atualmente são representadas pelas altas tecnologias.

Como afirma Rodrigues (2004, p. 39): “Ao mesmo tempo em que o trabalho é o intermediário da relação do homem com a natureza, ele é, também, o intermediário da relação dos homens uns com os outros”. O homem para ter maior produtividade alia-se a seus pares, distribuem tarefas e benefícios entre si.

Essa distribuição de tarefas também determina diferentes formas de propriedade, as quais, determinam as relações sociais de uma sociedade, que seriam as relações de propriedade. Segundo Marx, estas implicam em dois pontos: os meios para a realização do trabalho e o trabalho em si. Logo, “as relações de propriedade são a base das desigualdades sociais [...]” (RODRIGUES, 2004, p. 39) pois, há os homens que possuem os meios para a realização do trabalho, e há os homens que não possuem os meios, porém possuem vontade e força para desempenhar o trabalho e a oferecem para quem possui os meios, que também caracterizam as “relações sociais de produção”, um oferece os meios e não trabalha e o outro não possui os meios, mas trabalha.

No transcorrer da história humana, percebem-se conjuntos diferenciados de forças produtivas, bem como, de relações sociais de produção. Segundo Rodrigues:

As grandes transformações pelas quais passou a história da humanidade foram as transformações de um modo de produção a outro (...) existiram três diferentes modos de produção ao longo da história: o modo de produção escravista antigo (o trabalho era realizado por escravos), o modo de produção feudal (servidão) e o modo de produção capitalista (assalariamento) [...]. (Rodrigues, 2004, p. 40).

Em cada um desses modos de produção, houve uma classe superior, que mandava, e uma classe inferior, que obedecia, havendo sempre uma luta de classes. É o que Marx afirmava: o que move a História é a luta entre as classes.

As Formas de Consciência no Mundo da Produção

O capitalismo se apossou, como já dizia Marx, dos conhecimentos de produção, que antes passavam de geração em geração, e não apenas da mão-de-obra desses trabalhadores. Alguns comerciantes, percebendo que quanto maior a produção mais lucros teriam, passaram a contratar pessoas que sabiam executar os serviços, que compreendiam o modo como os produtos eram fabricados, e então, passaram a dividir as tarefas. O que anteriormente todos os operários deveriam aprender a fazer, ou seja, todas as etapas da fabricação de uma camisa, por exemplo, agora apenas um aprenderia a abotoar os botões: um outro, a fazer o corte da camisa; outro, a costurar e assim sucessivamente. Dessa forma, o dono da fábrica, o burguês, ampliaria sua produção e também seus lucros.

Karl Marx compreende o trabalho como atividade central da sociedade. Assim, as relações de produção e as relações sociais fundam todo o processo de formação da humanidade. Ele busca explicar como o conhecimento vem a se relacionar com o mundo material, com o trabalho humano.

Assim, a relação do conhecimento com o mundo material que esses assalariados realizam não passa de uma *falsa consciência*, pois eles possuem uma representação de que vivem em um mundo que não é o deles e, sim, o mundo que os capitalistas desejam que eles vivam, para não pensarem em mudar de vida. A vida que vivem é boa e a única que eles podem desfrutar. Assim, também os filhos desses assalariados crescem e vêem que o destino deles também será o de se tornarem assalariados, acabando por viverem sem perspectivas de melhoria em suas vidas. Os assalariados percebem isso como algo normal, natural. O proletariado não percebe que é um objeto dessa sociedade capitalista, pois, conforme Rodrigues (2004, p. 46): “Ele só aprende que deve trabalhar para receber o salário e viver, pois esta é a percepção que tem da realidade na vida cotidiana”.

Essa concepção de vida Marx denominou de alienação, pois as pessoas vivem alienadas ao trabalho, àquele modo de vida, não pensam em mudar as

condições de trabalho, perceber a sociedade real. A esse respeito tomamos o seguinte para melhor compreensão:

O trabalho que sempre foi o meio pelo qual o homem relacionou-se com a natureza e com os outros homens, é individualmente percebido como algo sobre o qual o trabalhador não tem controle. O trabalhador foi separado, pelo capitalismo, do controle autônomo que exercia sobre seu trabalho e também do fruto deste trabalho. O trabalho é então percebido pelo trabalhador como algo fora de si, que pertence a outros. A isso, Marx dá o nome de *alienação*. Por causa do trabalho alienado a que estão submetidos, os homens adquirem uma consciência falsa do mundo em que vivem, vêem o trabalho alienado e a dominação de uma classe social sobre outra como fatos naturais e passam, portanto, a compartilhar uma concepção de mundo dentro da qual só têm acesso às aparências, sem ser capazes de compreender o processo histórico real. A isso Marx dá o nome de *ideologia* portanto, é aquele sistema ordenado de idéias, de concepções, de normas e de regras que obriga os homens a comportarem-se segundo a vontade do “sistema”, mas *como se estivessem se comportando segundo sua própria vontade*. Esta coerção do “sistema” sobre os indivíduos, revela Marx, na verdade é a coerção da classe dominante sobre as classes dominadas. Por isso Marx afirma que a ideologia dominante numa dada época histórica é a ideologia da classe dominante nessa época. (RODRIGUES, 2004, p. 46).

Com a economia capitalista, percebe-se que o trabalho perde seu caráter de socialização, na qual os indivíduos constroem-se e relacionam-se entre si. Essa força é vendida a quem possui os meios de produção, porém essa força não é remunerada de forma igualitária.

No capitalismo, o operário se torna uma mercadoria, que poderá ser comprada e vendida, em troca de uma quantia em dinheiro, o salário, é o que Costa nos coloca:

O salário é o valor da força de trabalho, considerada como mercadoria. Como a força de trabalho não é uma “coisa”, mas uma capacidade, inseparável do corpo do operário, o salário deve corresponder à quantia que permita ao operário alimentar-se, vestir-se, cuidar dos filhos, recuperar as energias e, assim, estar de volta ao serviço no dia seguinte (COSTA, 2005, p. 116).

Segundo Marx, o trabalho torna-se cada vez mais alheio ao trabalhador. Quanto mais o trabalhador produz, mais ele nega-se a si mesmo, mais se arruína física e espiritualmente. Dessa forma, podemos concluir que a propriedade privada é a base do processo de alienação do sujeito.

Conforme afirma Costa, “[...] a indústria, a propriedade privada e o assalariamento alienavam ou separavam o operário dos “meios de produção” e do

fruto de seu trabalho, que se tornaram propriedade privada do empresário capitalista”.

Comparando esse processo com a educação, apesar de Marx e Engels não terem deixado muitos escritos a respeito da educação, em alguns textos é perceptível a compreensão de que a educação está vinculada com as relações econômicas e sociais da época. Desse modo, é possível apontar que eles compreendiam a educação da mesma forma que compreendiam a sociedade. A educação era uma das mais importantes formas de perpetuação da exploração de uma classe sobre a outra. Desde criança, os operários tomariam a ideologia burguesa como sendo a sua, compreendendo que deveriam apenas servir à classe dominante.

No livro **O Capital**, Marx analisou as condições em que os operários viviam e como era a educação dos filhos desses operários, segundo interpretações de Rodrigues (2004):

A lei inglesa anterior a 1844 permitia a contratação de crianças para trabalhar nas fábricas, com a condição de que os patrões apresentassem um atestado de que os meninos freqüentavam a escola(...)O tipo de educação dado às crianças operárias era tão precário, que só poderiam servir para perpetuar as relações de opressão às quais essas crianças e seus pais operários estavam sujeitos. O descaso era tanto que qualquer um que tivesse uma casa e alegasse ser ali uma escola poderia fornecer os “atestados de frequência às aulas” de que as fábricas precisavam para livrar-se da fiscalização (RODRIGUES, 2004, p. 49).

Nesse caso, a educação que essas crianças operárias recebiam não passava de uma perpetuação da ideologia de que existem apenas duas classes, a dos dominantes e a dos dominados. Os últimos, com a crença que possuem o dever de servir aos primeiros, deixam-se levar por essa falsa realidade.

O proletariado, vivendo nessa falsa ideologia, acabava por educar também seus filhos com tais concepções. As crianças também cresciam alienadas e sujeitas a trabalharem o resto de suas vidas em uma fábrica, recebendo um salário mísero.

Porém, Marx não via a educação apenas como alienação do sujeito, mas acreditava numa educação voltada para a libertação e emancipação do ser, o qual poderia se libertar das explorações e da visão sistêmica capitalista. Segundo Santos a essência do homem é o conjunto das relações sociais que ele estabelece, é um

ser que não encontra-se acabado, que está em um processo de construção de si mesmo, o homem é um ser em transformação (2005, p. 1)¹.

Ainda segundo Santos, para compreender o processo educativo, deve-se compreender o processo de produção da existência do homem, ou seja, o trabalho e as relações que o homem mantém.

[...] o ensino aparece como instrumento para o conhecimento e também para a transformação da sociedade e do mundo. Este é o potencial e o caráter revolucionário da educação. O proletariado, por si só, não conquista sua consciência de classe, sua consciência política, justamente pelo fato de ter sido privado desde o início dos meios que lhe permitiriam consegui-lo. Por isso, há a necessidade de um processo educativo pautado em um projeto político e pedagógico definido e voltado aos interesses da grande maioria excluída. Aí é que surge o papel estratégico da escola, dos educadores e intelectuais, os quais, em nosso entender, são decisivos para a construção da consciência de classe do trabalhador (SANTOS, op. cit).

Marx apoiava a escola, desde que a educação se desse apenas em um turno, para que a criança estivesse livre no outro para a realização de trabalhos nas fábricas. Para Marx, os alunos que permanecessem o dia inteiro na escola não aprenderiam tanto quanto os que ficassem apenas em um dos turnos, pois, uma atividade funcionaria como descanso para a outra.

[...] segundo a concepção de Marx, que era um homem do século XIX, o trabalho infantil é desejável, desde que o Estado garanta aos filhos dos operários uma escola de meio período que não seja apenas um depósito de crianças e desde que a superexploração do trabalho infantil seja controlada pela legislação (...) as mãos sujas de graxa e o suor do rosto seriam tão educativos, do ponto de vista moral, quanto os livros, os cadernos e o lápis [...] (RODRIGUES, 2004, p. 51).

Assim, Marx acreditava que esse seria o ponto inicial para que o operário aprendesse que não é uma mera vítima de exploração da burguesia, isto é um processo educacional que o tornasse capaz de compreender todo o processo produtivo das fábricas burguesas.

Segundo Rodrigues, para Marx, esse novo saber seria de fundamental importância para romper a alienação do trabalho, e iniciar o processo emancipatório. Utilizamos aqui o exemplo dado por Rodrigues:

[...] nenhum conteúdo educacional doutrinário mudaria a visão de mundo dos filhos dos operários se a educação não lhes desse meios para superar

¹ Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/044/44pc_santos.htm

sua condição de trabalhador parcial, capaz de executar uma única tarefa simplificada, ditada pelas exigências do capital (RODRIGUES, 2004, p. 53).

Portanto, a educação que Marx desejava deveria contemplar três dimensões: a mental, a física e uma educação tecnológica. A educação mental se voltaria para a intelectualidade, a leitura, a reflexão. A educação física seria a prática de esportes, e a tecnológica, seria o ensino do manejo das maquinarias utilizadas nas indústrias para a produção. Com essa educação em três dimensões, acreditava-se que os filhos dos operários estariam com um conhecimento acima dos filhos dos burgueses, pois estes últimos não possuíam a educação tecnológica. Eles não possuiriam a práxis da educação.

Marx acreditava que, quando os operários tomassem o poder, o ensino seria público e igualitário a todos. Na sociedade pensada por Marx, a educação seria de caráter social, para que os educandos não recebessem nenhuma influência a respeito de propriedades privadas. Além de, educar os trabalhadores a viver em permanente coletividade.

A respeito dessa nova educação, Engels, citado por Rodrigues (2004), comenta:

A educação dará aos jovens a possibilidade de assimilar rapidamente na prática todo o sistema de produção e lhes permitirá passar sucessivamente de um ramo de produção a outro, segundo as necessidades da sociedade ou suas próprias inclinações. Por conseguinte, a educação nos libertará deste caráter unilateral que a divisão atual do trabalho impõe a cada indivíduo. Assim, a sociedade organizada sobre bases comunistas dará a seus membros a possibilidade de empregar em todos os aspectos suas faculdades desenvolvidas universalmente (ENGELS apud RODRIGUES, 2004, p. 57).

A educação de Engels assemelha-se com o que enfrentamos em pleno século XXI, o trabalhador polivalente capaz de desenvolver várias tarefas. Para que o ideal de educação proposto por Engels acontecesse, não foi necessária nenhuma Revolução Comunista, com os avanços tecnológicos por que passa a sociedade atual, foi necessário que as pessoas se especializassem para permanecer no mercado de trabalho.

Mesmo com os avanços tecnológicos e a melhoria da vida de poucos, a sociedade do século XXI necessita refletir sobre as desigualdades que aumentam a cada dia de forma gritante. E é exatamente por isso que cursos de graduação e pós-

graduação das universidades oferecem disciplinas que oportunizam a reflexão sobre tais questões tão importantes para nossa época.

REFERÊNCIAS

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2005.

KONDER, Leandro. **O Que é Dialética**. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MALAGODI, Edgard. **O Que é Materialismo Dialético**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MARTINS, Carlos Benedito. **O Que é Sociologia**. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SANTOS, Robinson dos. Considerações Sobre a Educação na Perspectiva Marxiana. **Revista Espaço Acadêmico** – Nº 44 – Janeiro de 2005 - ISSN 1519.6186. Ano IV. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/044/44pc_santos.htm> Acesso em 17/01/2009.

Para realizar a atividade da UNIDADE B, entre em contato com o professor da disciplina.

SAIBA MAIS A RESPEITO DESSE ASSUNTO ACESSANDO:

A Individualidade no Âmbito da Sociedade Industrial
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722001000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

O 18 Brumário, Política e Pós-Modernismo
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452005000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Sobre o Conceito de "Capital Humano"

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000200010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

A Educação na Perspectiva Marxista: uma Abordagem Baseada em Marx e Gramsci

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832008000300014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

GLOSSÁRIO

Alienação: estranhamento, separação entre o trabalhador e seu trabalho. Situação resultante dos fatores materiais dominantes da sociedade, em que o trabalho do homem se processa de modo que produza coisas que imediatamente são separadas dos interesses e do alcance de quem as produziu, para se transformarem, indistintamente, em mercadorias.

Capital: é o processo de produção de mercadorias. O lucro se origina no momento em que o produtor fabrica uma mercadoria. Para tal, o empresário tem que encontrar no mercado uma mercadoria que tenha a peculiaridade de acrescentar valor a outras mercadorias, ou seja, que tenha a capacidade de transformar o couro em sapato. Essa mercadoria é a força de trabalho. É no momento em que o empresário compra a força de trabalho de seu empregado que nasce o processo de exploração capitalista.

Capitalismo: sistema econômico e social baseado na propriedade privada dos meios de produção, na organização da produção visando o lucro e empregando trabalho assalariado, e no funcionamento do sistema de preços.

Classes Sociais: originam-se do modo como o trabalho está organizado, isto é, das relações de produção. Alguns são proprietários dos meios de produção, outros são trabalhadores. O exame da estrutura social de produção permite identificar quem domina e quem é dominado.

Comunismo: sistema social, político e econômico que propõe alguma forma de propriedade coletiva dos meios de produção.

Dialética: na Grécia Antiga, dialética significava a “arte do diálogo” argumentar de forma clara e fundamentada. Conforme Hegel, a natureza verdadeira e única da razão e do ser que são identificados um ao outro e se definem segundo o processo racional que procede pela união incessante de contrários - tese e antítese - numa categoria superior, a síntese.

Forças Produtivas: constituem as condições materiais de toda a produção.

Idealismo de Hegel: identifica a realidade com a razão (“todo real é racional”), compreendida esta por meio do desenvolvimento histórico da consciência, do que resultou a criação do método dialético.

Ideologia: conjunto articulado de idéias, valores, opiniões, crenças, etc., que expressam e reforçam as relações que conferem unidade a determinado grupo social (classe, partido político, seita religiosa, etc.) seja qual for o grau de consciência que disso tenham seus portadores; conjunto de idéias próprias de um grupo, de uma época, e que traduzem uma situação histórica.

Materialismo Dialético: o mundo não pode ser considerado como um complexo de coisas acabadas, mas de processos, em que as coisas e os reflexos delas na consciência, os conceitos, estão em incessante movimento.

Materialismo Histórico: o modo de produção da vida material condiciona o conjunto de todos os processos da vida social, política e espiritual.

Mercadoria: caracteriza-se por possuir um valor de troca, um valor de uso, ou seja, uma utilidade.

Modo de Produção: forma de organização socioeconômica associada a uma determinada etapa e época de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

Reificação: no processo de alienação, o momento em que a característica de ser uma “coisa” se torna típica da realidade objetiva.

UNIDADE C

Sociedade, Educação e Desencantamento

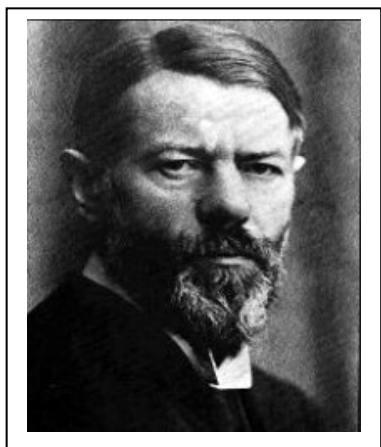
Objetivos

- Conhecer a teoria crítica de Max Weber, analisando um dos principais pensamentos da Sociologia Clássica e sua compreensão sobre a educação no mundo contemporâneo;
- Desenvolver o pensamento crítico sobre a sociedade em que vivemos, tendo como base as explicações teóricas de Max Weber;
- Analisar a educação contemporânea à luz das compreensões de Weber a respeito da racionalização da sociedade moderna e conseqüente burocratização, em que a educação tende a ser regida pela *pedagogia do treinamento*.

Introdução

Nesta unidade, destacaremos um importante teórico clássico da Sociologia, Max Weber, que desenvolve sua crítica ao sistema capitalista enraizado na sociedade de sua época, final do século XIX e início do século XX. Weber propõe uma nova forma de explicar as relações capitalistas de produção por meio do estudo das ações racionais dos indivíduos. Dessa forma, a teoria weberiana tem sido fonte para diversas pesquisas que o sucederam, e que buscam analisar a sociedade de acordo com a racionalidade do indivíduo. É um olhar diferente, comparado às teorias da sociedade como um todo de Marx e Durkheim que tem contribuído para os estudos da educação.

Max Weber e a Sociologia da Educação



A realidade não é uma coisa em si. Ela ganha um determinado rosto conforme o olhar que você lança sobre ela (RODRIGUES, 2004, p. 60).

Max Weber compõe a tríade dos principais clássicos da Sociologia. Sociólogo alemão, nasceu em 1864 em Erfurt. Foi professor de Economia nas Universidades de Freiburg e Heidelberg. A partir da década de 20, seus trabalhos, principalmente suas análises da Sociologia da Religião, influenciaram diversas teses. São famosas suas teses a respeito das relações do capitalismo com o protestantismo. Weber buscou analisar a influência das doutrinas religiosas no campo econômico e, em particular, na formação do espírito capitalista. Suas principais obras são: **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo** (1905) e **Economia e Sociedade** (1922). Esta última foi publicada posteriormente a sua morte em 1920 em Munique.

Um dos grandes clássicos da Sociologia, Max Weber propõe uma análise diferenciada da sociedade, quando comparada com as teorias de Emile Durkheim e Karl Marx. Sua teoria fundamenta-se na análise compreensiva da sociedade, o que permitiu seu reconhecimento como criador da Sociologia Compreensiva. A relação entre a parte e o todo é o que melhor resume os entendimentos da sociedade para os clássicos da Sociologia. Assim, enquanto Marx e Durkheim formam suas teorias a partir do todo, a sociedade, Weber baseia-se nas partes, os indivíduos. Ou seja, retomando os autores estudados anteriormente, as relações sociais são compreendidas a partir da sociedade que age sobre o indivíduo, sendo esta, portanto, coersitiva. Já, na perspectiva de Weber, a sociedade não pode ser apenas observada como coersitiva e exterior que determina o comportamento dos indivíduos, mas como o produto das interações interindividuais.

A educação, vista como parte do processo de socialização, torna-se um objeto da Sociologia Contemporânea, já parafraseada nas macroteorias clássicas. Dessa forma, estudar Durkheim, Marx e agora Weber torna-se importante para entendermos as relações sociais que se estabelecem no processo educacional, pois estes darão base às teorias contemporâneas e às diferentes correntes que buscam compreender e aprimorar a educação hoje. Diante disso, neste módulo, buscaremos conhecer as influências e entendimentos da Sociologia weberiana para a educação. Para tal, devemos, a princípio, conhecer de forma resumida e esquemática a teoria de Max Weber e seus principais conceitos.

O Pensamento Sociológico de Max Weber

A teoria de Max Weber normalmente é aliada a uma série de críticas e indagações sobre a complexidade de suas idéias. Entretanto, suas contribuições para a disciplina sociológica e mais especificamente para a Sociologia da Educação são importantes e devem ser analisadas. Conhecer a teoria weberiana é entrar em um mundo onde os fenômenos sociais são explicados através de tipologias, um método próprio de Weber para o desenvolvimento de uma ciência 'compreensiva'. O principal conceito da Sociologia weberiana consiste na 'ação social', o qual dá base aos estudos das relações sociais.

Assim como no mundo natural, a realidade social é compreendida como um conjunto inesgotável de acontecimentos que podem ser analisados pela ciência sociológica, sempre levando em consideração que esta ciência é feita por investigadores, homens dotados de um olhar próprio. Ou seja, para melhor entender o que é a ciência sociológica para Weber, contrastamo-la com o considerado pai da Sociologia, Durkheim. A Sociologia durkheimiana fundamenta-se numa ciência que serve para analisar todos os fatos sociais, podendo ser comparada às ciências naturais. A contribuição de Weber para esta questão diz respeito à busca pela neutralidade da ciência, assim como na ciência natural. Entretanto, para Weber, não há neutralidade nas ciências sociais, pois a análise dos acontecimentos depende do olhar do investigador sobre os fatos e os comportamentos. Como indivíduo, o investigador é dotado de valores culturais e também pratica ações sociais, os quais, portanto, irão influenciar em seu olhar e em sua análise dos acontecimentos e comportamentos. De acordo com a metodologia, weberiana, enquanto pesquisadores devemos buscar nos afastar de nossos valores para compreendermos as ações sociais que estão a nossa volta, mas a neutralidade é impossível.

Segundo essa perspectiva da sociedade, Weber, em contraponto com os conceitos de Durkheim, não trata os 'fatos' sociais como coisas, pois, em virtude dos diferentes olhares, as 'coisas' podem ser observadas de diferentes formas, pois os homens observam o mundo a sua volta a partir de seus valores. Por mais que façamos parte de um mesmo país ou grupo social, em um mesmo período histórico, cada indivíduo introjeta os valores de diferentes formas, conforme os diferentes processos de interação nos quais o indivíduo insere-se ao longo de sua existência.

Principalmente, na sociedade contemporânea, cada vez mais complexa e mais dinâmica, os indivíduos interagem com diferentes culturas e grupos, de modo que os distintos códigos de valores levam à individualização de cada olhar de forma diferenciada.

Um mesmo meio cultural pode assumir significados diferentes para os diferentes indivíduos nele imersos e, no momento da ação, ocasionar diferenças de comportamento conforme o modo de assimilação dessa cultura, e sobretudo *conforme os diferentes tipos de racionalidade empregados pelos indivíduos* (RODRIGUES, 2004, p. 61).

Dessa forma, Weber entende a realidade social como o encontro entre os homens e os valores culturais em um processo constante de interação. A ciência sociológica tem como papel compreender essa interação, ou seja, pesquisar e analisar as ações sociais. A pesquisa científica se dá pela análise das partes, das ações sociais, e não do todo como propunham os outros pensadores. Pensando dessa forma, a sociedade constitui uma teia de relações interindividuais e não um todo, um bloco. As interligações entre os indivíduos e os valores dão origem às ações sociais que são o objeto da Sociologia para Weber. Essa ciência tem, portanto, como foco decifrar os significados da ação social, ou seja, decifrar o sentido das condutas humanas por meio da compreensão, por isso temos hoje esta vertente que se denominou de Sociologia compreensiva.

No entanto, Weber consolidou a Sociologia e trouxe sua grande contribuição a ela com a distinção entre o conhecimento científico e o julgamento da realidade influenciado por nossos valores. Ou seja, deixou clara a separação entre o conhecimento científico e o senso comum, especificando que a ciência não é totalmente neutra, mas o pesquisador deve despir-se o máximo possível de seus valores para compreender as ações sociais.

Para melhor entender o que Weber trata como objeto de estudo da Sociologia, tomemos um exemplo exposto pelo autor Alberto Tosi Rodrigues:

Quando você vai à escola, isto é uma ação social. Não apenas porque ali você encontra seus professores, seus colegas, seu grupo. Estar junto com outras pessoas, apenas, não faz de você um animal social. Ir à escola é uma ação social porque agindo assim você está *calculando* (mesmo que não pense nisso conscientemente todos os dias) os custos e os benefícios que você terá, indo ou, no caso inverso, deixando de ir. Ao ir à escola você emprega sua *racionalidade* e leva em consideração a racionalidade dos outros e o modo como ela interfere ou pode interferir sobre seu próprio comportamento. Se você fosse puramente racional, poderia dizer: “minha finalidade na vida é ter dinheiro, mulheres (ou homens) à disposição e carros do ano, mas para isso preciso escolher a

profissão que me dê mais renda o mais rápido possível; e o meio mais adequado para atingir este fim é ir à escola”.

Mas não precisa ser um cálculo que vise meramente seus interesses pessoais “egoístas”, suas finalidades “exclusivamente individuais”. Você pode calcular também com base, por exemplo, no valor que sua família dá à educação. Se em sua casa todos prezarem uma boa educação acima de tudo, será muito difícil pra você deixar de ir à escola, certo? Se um dia você cogitar abandonar os estudos, a primeira coisa que vai pensar será: “o que o pessoal lá em casa vai dizer disso?” Aliás talvez você nem cogite abandonar a escola, porque foi ensinado em casa desde criança que estudar ou que formar-se era algo importante. Levar isso em consideração também é uma forma de cálculo. Mas você pode calcular também com base, por exemplo, na satisfação ou no conforto pessoal que sente em ir à escola, mesmo que essa satisfação não esteja ligada diretamente a suas atividades estudantis. Você pode gostar da escola porque tem amizades com professores e colegas, ou porque arranhou uma namorada ou namorado lá.

Agir em sociedade, portanto, implica em algum grau de *racionalidade* (inclusive a total irracionalidade) por parte de quem age, e implica no fato de que esta racionalidade de cada indivíduo sempre está referida aos outros indivíduos que os cercam. Isso é fundamental para entender Weber. Partindo do exemplo acima, quando você vai à escola pensando em se formar e ganhar dinheiro, está praticando o que Weber chama de *ação social racional com relação a fins*. Um comportamento racional com relação a fins é aquele que se orienta por meios tidos como adequados (subjetivamente) para obter fins determinados, fins estes tidos por você como indiscutível (subjetivamente). Já se você for à escola porque sua formação familiar deu muita importância aos estudos então está praticando uma *ação social racional com relação a valores*. No caso, trata-se dos valores de sua família, ou então do modo como você os incorporou à sua própria hierarquia de valores. Finalmente, se você vai à escola simplesmente apenas por causa dos amigos, dos professores ou da namorada ou do namorado, para Weber você pratica uma *ação social afetiva*. Neste tipo de comportamento, você estaria sendo *irracional*, pois o que Weber chama de “racionalidade perfeita” é a adequação entre os meios de que você se vale para agir e os fins que você objetiva alcançar com esta ação. Na ação afetiva, você não leva em consideração objetivos a serem alcançados nem busca utilizar-se dos melhores meios para isso e, portanto, está sendo irracional. Suponha, finalmente, que você fosse à escola apenas porque todo mundo vai, e ficaria chato pra você, dentro do seu círculo de amizades, dizer que não frequenta a escola. Nesse caso você volta a ser racional, praticando uma *ação social racional com relação ao regular*. Você estaria calculando com relação à média de comportamentos aceitos em seu grupo específico.

Repare que Weber gosta de estabelecer *tipos* de ação. Só no parágrafo acima eu citei quatro tipos diferentes de ação social, sendo três racionais e um irracional. Mas, repare também que no dia-a-dia esses tipos não aparecem separadamente. Ninguém na prática vai à escola única e exclusivamente para namorar, nem mesmo só para ganhar o diploma e ganhar dinheiro. Essas coisas todas se confundem, se encaixam umas às outras. É muito possível que você vá à escola por todas ou quase todas essas razões que eu citei no exemplo. As razões se misturam. No entanto, é absolutamente fundamental isolar esses tipos “puros” de comportamento. Aliás, este é o método de Weber. E ele sabe perfeitamente que na prática empírica os tipos puros não existem, mas os constrói para que sirvam de referência (RODRIGUES, 2004, p. 65).

Como melhor forma de compreender as idéias de Weber, o exemplo acima aproxima sua teoria ou sua metodologia ao nosso foco de compreensão, a educação. Os tipos de ação descritos por Rodrigues (2004) no exemplo referem-se ao que Weber chamou de Tipos Ideais, uma construção intelectual para tipos perfeitos usados como referência para analisar uma determinada ação social no caso exposto, a problemática de ir à escola, ou seja, a justificativa da motivação para realizar a ação. Este constitui o método criado por Weber para analisar a racionalidade dos indivíduos sociais e explicar a sociedade por meio da compreensão das ações sociais e suas motivações, da teia de eventos e processos

com seus significados no constante processo de interação interindividual que compõe a sociedade.

De acordo com essa concepção, diz-se que seu método é *individualista*, pois sua análise da sociedade parte do indivíduo como portador de um comportamento dotado de sentido, ou seja, de intencionalidade. Portanto, as explicações da sociedade baseiam-se na interpretação dos modos do homem agir em sociedade, na compreensão do agir dos homens com outros homens (pessoas). O quadro abaixo nos dá uma idéia das vertentes teóricas das quais estamos tratando.

QUADRO 2
Individualismo versus coletivismo metodológico

	Individualismo	Coletivismo
Definição	Fenômenos coletivos são produzidos por pessoas, devem ser explicados por situações, orientações e crenças dos atores individuais.	A totalidade é maior que a soma das partes e tem precedência sobre seus componentes individuais. As variáveis explicativas serão buscadas nas leis que governam o sistema ou nas determinações individuais que afetam indivíduos ocupando papéis ou posições socialmente definidas.
Objeto da sociologia	Estudo da ação, todo comportamento ao qual o ator atribui significado subjetivo.	Estudo das estruturas societárias definidas como totalidades.
Unidades de análise	Orientações subjetivas dos atores individuais	Categorias coletivas: famílias, classe, estamento, partidos e grupos.
Exemplo: Definição de poder	Capacidade de um ator de impor sua vontade aos outros (Weber)	Capacidade de uma classe impor, coercitivamente, seu modelo de ordem sobre a sociedade como um todo. (Marx)

Fonte : Prates (1991).

Entretanto, devemos salientar que o indivíduo em Weber não age como quer, sem a influência da sociedade. Este indivíduo é social, ou seja, seu comportamento leva em consideração a alteridade e por isso esta ação constitui-se como ação social. Assim, como parte de uma sociedade, o indivíduo e seu comportamento são influenciados pelas normas sociais institucionalizadas, porém, estas normas também são resultado do agir dos indivíduos num longo período de tempo na medida em que a teia de relações entre os indivíduos é o que forma a sociedade.

As concepções de comunidade e de sociedade definem um pouco o que Weber entende no que concerne à relação indivíduo e sociedade. O agir do indivíduo em comunidade remete à expectativa do indivíduo ao comportamento de si e do outro. Já em sociedade, o comportamento tem como base as expectativas de um comportamento com base no regulamento vigente na sociedade. Ou seja, o agir

social está mais fundamentado em regras e normas institucionalizadas na sociedade em que o indivíduo está inserido.

O bonito disso, o ponto importante que a sociologia de Weber nos permite pensar é que, embora as coisas já estivessem prontas quando você nasceu e embora esteja obrigado a agir conforme este pacote de regras que regulam a sua vida, é preciso considerar que essas regras foram criadas por indivíduos como você, em tempos passados, e continuam a ser criadas; e também que elas estão aí para serem mudadas, e portanto você também participa disso (RODRIGUES, 2004, p. 71).

Para concluir o breve resumo das idéias que fundamentam a Sociologia de Max Weber, destacamos sua teoria com relação à racionalização da sociedade e a burocratização. Para ele, a institucionalização das regras sociais ao longo do tempo tornou as regras cada vez mais racionais, cada vez mais específicas. Dessa forma, segundo Weber, a dominação baseia-se no consenso da *legitimidade*. Todos esses conceitos servem para explicar sua teoria das relações sociais e políticas através da racionalização social.

Em suma, o que Weber tentou explicar é que a relação de dominação consentida pelos indivíduos é uma ação racional para previsibilidade das ações dos outros e para a proteção. Assim como, na medida em que existem leis que regulamentam a vida em sociedade, a reação do outro numa ação social pode ser prevista. Esse processo de criação de regras por meio do consenso e da coação para o estabelecimento da ordem social como uma ação racional leva ao que o autor chamou *racionalização*.

A história humana, segundo ele, é um processo de crescente racionalização da vida, de abandono das concepções mágicas e tradicionais como justificativas para o comportamento dos homens e para a administração social (RODRIGUES, 2004, p. 74).

Quanto mais complexa é a sociedade, maior é a interação entre os indivíduos e também o conflito. Com isso, tende a ser maior a racionalização das regras para o estabelecimento da ordem social e da vivência em sociedade. As regras, portanto, são estabelecidas em um processo longo e instituídas pelo Estado que detém o domínio e a possibilidade de coação. Dessa forma, o indivíduo, ao nascer, já faz parte de um grupo social com regras instituídas por meio do consenso e, desse modo, ele consente e legitima sua dominação. A racionalização da sociedade, cada vez mais crescente, gera a burocracia, a transformação dos modos

informais e tradicionais de obtenção da obediência dos indivíduos em instituições organizadas, burocráticas.

E a Educação...

Após analisar a teoria de Weber, vamos entender qual seu pensamento e sua contribuição para a Sociologia da Educação. Em um primeiro plano, de forma simples, a educação consiste na maneira de preparar os homens para o exercício das funções estabelecidas pela racionalização da vida. Na concepção weberiana, a educação sistemática constitui uma série de conteúdos que servem para treinar os indivíduos para operar nessas novas funções racionais, ou seja, a administração burocrática do Estado Moderno. Isso está diretamente ligado ao mundo Ocidental onde a complexificação da sociedade e o capitalismo geraram uma racionalização da vida social e a educação, portanto, voltou-se para a formação de indivíduos aptos para as funções racionais estabelecidas².

Assim, a racionalização e a burocratização da vida social alteraram de forma radical os modos de educar. Tornou-se interessante para o Estado educar fundamentando-se na racionalização para a legitimação das regras e para a burocratização da vida em sociedade. Para o capitalismo, é fundamental a educação nos moldes racionais e a burocracia, pois são necessários profissionais voltados para o lucro, para o cálculo dos custos e benefícios. De acordo com Rodrigues:

[...] Mais que profissionais da empresa ou da administração pública, o capitalismo e o Estado capitalista forjaram um novo homem: um homem racional, tendencialmente livre de concepções mágicas, para a qual não existe mais lugar reservado à obediência que não seja a obediência ao direito racional. Para este homem o mundo perdeu o encantamento. Não é mais o mundo do sobrenatural e dos desígnios de Deus ou dos Imperadores. É o mundo do império da lei e da razão [...] (RODRIGUES, 2004, p. 77-78).

Certamente, a educação não é mais a mesma, levando-se em conta o mundo como problematizado por Weber, bem como as transformações advindas com o capitalismo.

² O mundo oriental, como por exemplo, a China antiga, constitui um exemplo de uma administração irracional para Weber, pois o funcionalismo era composto por literatos, intelectuais formados por uma educação não voltada a fins específicos para uma vida social racionalizada.

A educação humanística e intelectualizante deram espaço à ‘confeção’ de profissionais capacitados para este mundo racional: diferentemente das idéias de Durkheim, para quem a educação é um processo de preparação do sujeito para constituir sua parte no todo orgânico da sociedade para a harmonia do organismo social. De modo diferente também da teoria de Marx segundo a qual a educação aparece como forma de emancipação do sujeito alienado pelo capitalismo. Weber, concebe a educação como uma forma de ampliar a estratificação social, de obter dinheiro e poder, de competição entre os indivíduos, como uma ação racional, o que chama de desencantamento.

Conforme seu método analítico da racionalidade, há três tipos (tipos ideais) de finalidade para a educação: despertar o carisma, preparar o aluno para uma conduta de vida e transmitir conhecimento especializado. Vamos dar maior importância aqui ao terceiro caso, ao que Weber chamou de *pedagogia do treinamento*. Nessa perspectiva, devido à crescente racionalização da vida social e a burocratização do aparato estatal, a educação tem paulatinamente deixado de preparar o indivíduo de uma forma mais humanística em favor de uma preparação mais especializada. Desse modo, Weber expressa seu pessimismo quanto ao rumo da educação como um mecanismo de obtenção de poder, dinheiro, de ascensão social e *status*.

Pelo que antecede, podemos observar a principal diferença entre as idéias de Marx e de Weber para a educação. A educação para Marx era a forma de romper com a escravização do ser humano ao capitalismo. Em contraposição, Weber via a educação como parte do processo capitalista, da racionalização da vida, ou seja, o fim da possibilidade de formação emancipatória e humanística do homem e o início de um processo de educação para o trabalho e o dinheiro. Dessa forma, Weber é muito pessimista em relação à educação e destaca que não há saída para combater esse tipo de educação.

GLOSSÁRIO

Ação Social: “Por ‘ação’ deve-se entender uma conduta humana (que pode consistir num ato externo ou interno; numa condição ou numa permissão) sempre que o sujeito ou os sujeitos da ação envolvam-na de um sentido subjetivo. A ‘ação social’, portanto, é uma ação em que o sentido indicado por seu sujeito ou sujeitos,

refere-se à conduta de outros, orientando-se por esta em seu desenvolvimento” (CASTRO & DIAS, 1992, p. 103)

Sociologia Compreensiva: busca compreender as ações sociais através da interpretação dos significados da ação social. A ação que eu exerço pressupõe uma reação esperada do outro. Ou seja, é a Sociologia que busca analisar os comportamentos movidos pela racionalidade dos sujeitos com relação aos outros.

Método Compreensivo: de grande contribuição para a identidade científica da Sociologia, este método exige um ponto de vista específico operacionalizado pelo ‘Tipo Ideal’.

Tipo Ideal: uma construção intelectual usada como ponto de referência para a análise das ações sociais.

REFERÊNCIAS

CASTRO, A.M. & DIAS, E. F. **Introdução ao Pensamento Sociológico**. 9. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1992.

PRATES, Augusto P.; PAIXÃO A. L.; FREITAS, Renan S. **Temas Contemporâneos da Sociologia Clássica**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1991.

RODRIGUES, Alberto. Tosi. **Sociologia da Educação**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

Para realizar a atividade da UNIDADE C, entre em contato com o professor da disciplina.

UNIDADE D

Três Teóricos do Século XX e a Educação

Objetivos

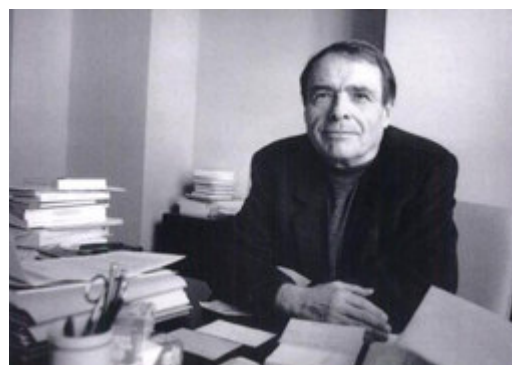
- Relacionar os pensamentos de Bourdieu, Gramsci e Mannheim com os autores clássicos: Durkheim, Marx e Weber;
- Perceber o enfoque dado pelos autores do século XX à Educação.

Introdução

Nesta unidade, destacaremos três importantes teóricos do século XX: Bourdieu, Gramsci e Mannheim, enfocando suas principais idéias e seus apontamentos sobre a Sociologia da Educação. O primeiro teórico, Pierre Bourdieu resgatou a teoria de Durkheim e uniu esta com a corrente de pensamento de sua época, o estruturalismo. O segundo, Antonio Gramsci, a partir do marxismo, coloca que a luta de classes indicada por Marx deve ser na verdade uma *batalha das idéias* e mostra como a educação está envolvida com esta formação. O terceiro e último sociólogo é Karl Mannheim que retoma o pensamento de Weber, mas deixando de lado o pessimismo weberiano e apostando que a racionalização da vida causou uma democracia a ser considerada uma luz no fim do túnel.

Bourdieu e as Estruturas de Reprodução

Pierre Félix Bourdieu
(1930 – 2002)



Pierre Félix Bourdieu (1930 - 2002) nasceu em Denguin, na França. Ingressou na Faculdade de Letras em 1951, mas formou-se em Filosofia no ano de

1954 na Escola Normal Superior. Cumpriu seus deveres militares na Argélia, onde escreveu seu primeiro livro sobre a sociedade cabila, denominado **Sociologia da Argélia** (1958). Ao voltar a França posteriormente trabalhando na *École de Sociologie du Collège de France*, Bourdieu trabalhou como docente.

Pierre Bourdieu, influenciado com a teoria de Durkheim e pelo estruturalismo de seu país, objetivou apontar a força do sistema social sobre as atividades educacionais. O estruturalismo foi uma corrente de pensamento francês que consistia em mostrar como as estruturas sociais influenciavam nas ações dos sujeitos, fazendo destes reprodutores passivos do que é determinado pela classe dominante. Essa união de correntes de pensamento fez da teoria de Bourdieu muito mais radical que a de Durkheim e na década de 60 essa idéia de *reprodução* constituiu a primeira fase da produção de Bourdieu. Pode-se então denominar a teoria de Bourdieu como um construtivismo estruturalista ou estruturalismo construtivista. O que isso significa? Significa que sabemos da existência das estruturas do mundo social que correspondem às ações dos sujeitos, mas essas estruturas são construídas e reconstruídas em sociedade dependendo de cada momento.

As ações dos indivíduos, para esse teórico, são determinadas socialmente, embora muitos pensem estarem livres destas imposições, eles são conduzidos por elas, mesmo que de forma inconsciente. O sujeito, neste ponto de vista, não existe, pois ele não participa da construção de suas próprias ações. A ação para Bourdieu é um *processo pelo qual as estruturas se reproduzem*.

A publicação do livro **Os Herdeiros** em parceria com Passeron, no ano de 1964, trouxe para a França uma crítica ao modo como os estudantes eram vistos pela sociedade, isto é, como uma população à parte dos demais, o que causou um desconforto e em 1968 uma mobilização estudantil. A educação na França da década de 60 dizia-se igualitária e fazia promessas de uma igualdade de oportunidades. Com essa crítica ao modo do sistema educacional francês, Bourdieu passou a ser considerado um dos mais importantes sociólogos do século XX, Nogueira coloca que esse mérito dado a Bourdieu justifica-se pelo fato de o autor ter apontado desigualdades sociais mesmo dentro das escolas:

Bourdieu oferece-nos um novo modo de interpretação da escola e da educação que, pelo menos num primeiro momento, pareceu ser capaz de explicar tudo o que a perspectiva anterior não conseguia. Os dados que

apontam a forte relação entre desempenho escolar e origem social e que, em última instância, negavam o paradigma funcionalista, transformam-se nos elementos de sustentação da nova teoria (NOGUEIRA, 2002, p. 17).

O que foi denunciado por Bourdieu e Passeron, no livro acima citado, era a falta de neutralidade das escolas que reproduziam as idéias das classes sociais dominantes. Fica clara a confirmação de que no sistema escolar francês ocorriam as mais diversas formas de reprodução e reafirmação das desigualdades sociais. Então, o livro escrito por esses dois autores foi a base para a busca por direitos iguais pelos estudantes franceses.

A máscara que o sistema educacional utiliza para a reprodução das ações sociais dominantes, para Bourdieu e Passeron, não tem como ser abolida, para eles, as próprias teorias que baseiam a educação não fazem nada além de reafirmarem tal situação. Até mesmo a revolta dos estudantes contra a forma como está estruturado o sistema educacional é mais um reforço da reprodução, pois esta rebeldia é absorvida e utilizada para a estrutura social se portar de forma que aprenda e reproduza as relações.

Já na década de 70 os mesmos autores escreveram um livro chamado de **A Reprodução: Elementos para uma teoria de ensino**, onde incluíram também influências dos pensamentos de Marx e Weber. Neste livro, eles tratam da ação pedagógica como uma *violência simbólica*, ou seja, os indivíduos são conduzidos a aceitarem as imposições vigentes, o *arbitrário cultural* sem perceberem que estão sendo manipulados por uma violência encoberta. A cultura dominante no sistema de ensino é inculcada através de uma *autoridade pedagógica*, esta autoridade realiza um “trabalho pedagógico”, ou seja, faz os alunos naturalizarem as arbitrariedades que são colocadas e se realize deste modo uma “formação durável”.

Após a efetivação das imposições no plano pedagógico e a incorporação pelos alunos destas em seus valores e nas suas ações com os outros, Bourdieu coloca que cria-se um *habitus*, quer dizer, o sujeito reproduzirá em sua vida e com os demais as mesmas condições sociais que lhe foram ensinadas. Conforme Vasconcellos, a definição do conceito do *habitus* de Bourdieu foi desenvolvido ao longo de seus trabalhos:

o conceito de habitus que ele desenvolverá ao longo da sua obra corresponde a uma matriz, determinada pela posição social do indivíduo que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações. O habitus

traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos. Ele é também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas (VASCONCELLOS, 2002, p. 79).

A desigualdade na escola da sociedade francesa indicava como acontecia um processo contraditório daquele prometido nos discursos relativos à educação para todos. Colocava-se que através da educação os sujeitos teriam os mesmos direitos, as mesmas condições na escola pública, tudo dependeria do desempenho individual dos educandos. Mas os autores trouxeram dados que comprovavam que a “classe de origem” dos alunos determinava seu sucesso ou não, o tipo de qualidade que lhe era oferecido nas escolas, dessa forma determinando sua “classe de chegada”, o tipo de *habitus* constituído, o nível econômico e social atingido e a cultura adquirida.

Temos que evidenciar a importância da Sociologia de Bourdieu para a educação, que em sua época explicou e na nossa ainda explica muitas coisas que as estruturas sociais causam com a imposição dos valores dominantes. Embora exista este reconhecimento da teoria de Bourdieu, ele recebeu diversas críticas já que suas idéias trazem apontamentos para um meio macro e pouco ajudam em situações microssociológicas. Fica então a pergunta se todos estão realmente fadados a serem dominados e a reproduzirem as estruturas dadas.

Gramsci: Os Intelectuais e a Batalha das Idéias

Antônio Gramsci (1891-1937)



Antonio Gramsci nasceu em 23 de janeiro de 1891 em Ales, Sardenha. Dentro da política, participou dos movimentos antifascismo e fundou o Partido Comunista Italiano. O seu envolvimento contra a política fascista lhe rendeu em 1926 mais de 20 anos de prisão. Não escreveu livros, mas suas contribuições partem de artigos publicados em periódicos partidários e de manuscritos feitos

enquanto estava preso. Esses manuscritos foram publicados com o título de **Cadernos do Cárcere**, uma obra póstuma que contribui até hoje nas ciências sociais e humanas. Em Roma, após conseguir sua liberdade novamente, faleceu quatro dias depois, em 27 de abril de 1937.

Com a inspiração do pensamento marxista, Gramsci cria uma Teoria Social Revolucionária. Para entender melhor essa teoria, começemos pela distinção que esse autor faz em termos políticos do Oriente e do Ocidente. O Oriente seria formado por países onde o Estado detém o poder e a sociedade civil não questiona este poder. Para esses países, a revolução deveria acontecer com medidas contra o Estado. Já por Ocidente ele entende que os países que o compõem têm uma sociedade civil estruturada e que dividem com o Estado o comando da sociedade, isso devido ao capitalismo desenvolvido. Nessas sociedades, a revolução deveria se dar no cotidiano, pois não é uma revolução na sociedade e sim uma lição sobre a política e a sociedade.

No mundo social é que se desenvolve o consenso, possibilitando se fazer política para que todos possam persuadir suas idéias e seus interesses. Com o avanço do capitalismo e a complexidade social, quem quer lutar pelo poder deve “ganhar a batalha das idéias”. Diferente de Marx que buscava o fim da exploração entre as lutas de classes, Gramsci preocupava-se com a elitização do saber e da cultura que nesse sentido acaba dividindo na sociedade os homens em intelectuais. De acordo com Mari (2003, p. 34):

Gramsci discute o papel dos intelectuais como os que fazem as relações entre as diferentes classes sociais possibilitando uma visão de mundo mais unitária e homogênea. E ao contrário da perspectiva filosófica do idealismo alemão, Gramsci destaca que todas as camadas sociais possuem seus intelectuais, uns sendo profissionais, outros inclusos nesta categoria apenas por participarem de determinada visão de mundo (MARI, 2003, p. 34).

Como o intelectual tem mais oportunidades de chegar à administração social, Gramsci aponta que na busca pela *hegemonia* da atual sociedade capitalista, não adianta somente ganhar uma disputa eleitoral, deve-se ganhar pelo discurso, por um consenso com a sociedade. É a supremacia da retórica que vence a batalha e não a força.

Os intelectuais desempenham um papel importante na cultura: a organização cultural das sociedades fazendo com que se defina o que é justo ou

injusto nas sociedades. Para Gramsci, a “reforma intelectual e moral” é essencial para extinguir as desigualdades sociais. Como sempre esteve envolvido com movimentos políticos, Gramsci chama de “intelectual coletivo” o partido político, já que este reforma as mentes e outros setores para a conquista do poder.

A luta pelo poder traz consigo visões diferentes, de um lado os que querem manter o poder e de outro os que querem ter o poder para si. Aqui volta a divisão entre dominantes e dominados, o que Gramsci chama de *bloco*, em que cada um tem seus interesses históricos. Para melhor entender como se dá o processo de formação dos *blocos*, Gramsci fez uma tipologia dos intelectuais. Um deles é o *intelectual orgânico* que tem ligação com interesses da classe que está no poder, é quem convence que todos pensem como a classe dominante. Já os dominados têm seus intelectuais que desenvolvem *contra-hegemonia*. Especialistas na atividade que realizam, os intelectuais orgânicos são ligados ao modo econômico do seu tempo, criam uma maneira de exercer funções culturais, educativas e de organização para garantir a hegemonia social e o domínio da classe da qual fazem parte. Semeraro coloca que os intelectuais orgânicos:

Conscientes de seus vínculos de classe, manifestam sua atividade intelectual de diversas formas: no trabalho, como técnicos e especialistas dos conhecimentos mais avançados; no interior da sociedade civil, para construir o consenso em torno do projeto da classe que defendem; na sociedade política, para garantir as funções jurídico-administrativas e a manutenção do poder do seu grupo social (SEMERARO, 2006, p. 377).

Outro intelectual é o *intelectual tradicional*, estes são os intelectuais que em outros modos de sociedade, que não a capitalista, eram intelectuais orgânicos da classe então dominante, Semeraro define-os do seguinte modo:

os intelectuais tradicionais ficavam empalhados dentro de um mundo antiquado, permaneciam fechados em abstratos exercícios cerebrais, eruditos e enciclopédicos até, mas alheios às questões centrais da própria história. Fora do próprio tempo, os intelectuais tradicionais consideravam-se independentes, acima das classes e das vicissitudes do mundo, cultivavam uma aura de superioridade com seu saber livresco. A sua “neutralidade” e o seu distanciamento, na verdade, os tornavam incapazes de compreender o conjunto do sistema da produção e das lutas hegemônicas, onde fervia o jogo decisivo do poder econômico e político. Com isso, acabavam sendo excluídos não apenas dos avanços da ciência, mas também das transformações em curso na própria vida real. (SEMERARO, 2006, p. 377).

Como exemplo da época do feudalismo, pode-se citar os padres pertencentes à classe dominante, o que os legitimava como intelectuais tradicionais. Desse modo, esses intelectuais proferiam o discurso bíblico, com o intuito de fortalecer a dominação exercida sobre os demais, mesmo que não conseguissem explicar os outros fenômenos que aconteciam concomitantemente na sociedade.

A formação desses intelectuais acontece na escola e esta é a ligação de Gramsci com a educação, pois ele se preocupou com o sistema de ensino da sua época. Com a especialização da sociedade moderna, houve uma mistura da vida cotidiana com atividades especializadas. Assim, Gramsci coloca a *escola desinteressada* como sendo a escola tecnicista, que se importa com ensinamentos mecânicos de uma profissão e esquece-se da parte humana e da riqueza que a realidade viva de cada aluno pode contribuir para os processos educativos.

A preocupação de Gramsci com a expansão da *escola desinteressada* fez dele um sociólogo que trouxe várias contribuições para a educação, buscou alternativas para formar os intelectuais necessários para a revolução cultural e moral. Propôs assim uma escola que levasse em conta o mundo vivo de cada integrante para enfim conseguir-se, através da educação, a emancipação dos indivíduos e que estes chegassem a se tornar intelectuais ativos na sociedade, a *escola unitária* como proposta de reformulações intelectuais. Nogueira destaca que a *escola unitária* é:

proposta educacional construída tendo como base o processo vivo que levou, num dos movimentos empreendidos pela burguesia para reforçar e proteger sua hegemonia, à constituição da “escola nova”, a “escola ativa”, na qual haveria maior aproximação professor-aluno e os problemas da vida “prática” (mundo do trabalho) passariam a ser firmemente considerados. A “escola unitária” de Gramsci seria o desfecho de todo o processo de crise da velha escola - crise esta determinada pela agonia da sociedade e da cultura tradicionais, pré-industriais, com o que a escola se separou da vida, tornando-se “desinteressada” demais ou “especializada” demais (NOGUEIRA, 2000, p. 03).

Sendo um dos sociólogos que mais trouxe contribuições para a educação, Gramsci mostrou-se preocupado com a busca por uma escola que oferecesse oportunidades de igualdade a todos e, além disso, fomentasse a formação de intelectuais, que ao invés de realizarem uma luta de forças entre as classes sociais, soubessem ganhar pelas suas idéias e através da maturidade intelectual promovida pela educação construíssem uma *batalha das idéias*.

Mannheim, A Democracia como a Luz no Fim do Túnel

Karl Mannheim (1893-1947)



Karl Mannheim (1893-1947) sociólogo judeu, nasceu em Budapeste na Hungria, em 1893. Estudou Sociologia e Filosofia obtendo, nesta época, contato com Luckács, anos mais tarde, estudou em Berlim sendo aluno de Alfred Weber que era irmão de Max Weber. Foi professor de Sociologia da Escola de Frankfurt a partir de 1930, mas com a ascensão do nazismo teve de sair da Alemanha e foi para Londres onde trabalhou na Escola de Economia.

Mannheim defendia uma sociedade democrática governada por cientistas. Com a derrota do nazi-facismo na segunda grande guerra, ele começara a defender que somente a democracia poderia fazer surgir uma luz no fim do túnel. Era fonte de otimismo, sob uma visão democrática, a superação de moldes educacionais atrasados e tradicionais. Reformulando os tipos de educação de Weber, Mannheim foge do pessimismo encontrado na pedagogia do cultivo e do treinamento e sugere a Sociologia como base teórica para professores e alunos, na busca de entenderem a situação educacional na modernidade. Conforme Rodrigues (2004, p. 95): “Para Mannheim o pensamento social não pode explicar a vida humana, mas apenas expressá-la. O papel da teoria é compreender o que as pessoas pensam sobre a sociedade e não o de propor explicações hipotéticas sobre ela”.

Do ponto de vista econômico, Mannheim estava correto ao questionar o livre-mercado que até a segunda guerra era a causa mais evidente da crise de 1929, principalmente no período de 1945 a 1970. Porém, 23 anos após sua morte, a chamada Crise do Petróleo – processo marcado pelo aumento do preço de combustíveis, aços e materiais de infra-estrutura – punha em xeque sua teoria antes difundida no período de entre-guerras.

Ainda que o capitalismo tenha trazido à sociedade diferentes classes, o processo educacional se abastece, para Mannheim, das contribuições culturais de

cada uma destas e a sua intercomunicação. Nem os objetivos do processo educacional, nem as metas a que a educação visa podem ser entendidos ou delineados sem considerar o contexto social. Mannheim lembra que as perguntas que a Sociologia obriga a fazer são, portanto: Quem ensina quem? Para qual sociedade? Quando e como ensinam?

REFERÊNCIAS

MARI, C. L. O Papel Educador dos Intelectuais na Formação Ideológica e Hegemônica em Gramsci: Uma Perspectiva de Emancipação Humana. In: **Anais da 26ª Reunião da ANPED**, 2003, Poços de Caldas. Novo Governo, Novas Políticas? Rio de Janeiro: Autores Associados, 2003. v. 00. p. 34-52.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições. In: **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 78, Abril/2002.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Prefácio a "Gramsci, o Estado e a Escola"**, de Rosemary Dore Soares. Ijuí, 2000.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais "Orgânicos" em Tempos de Pós-Modernidade. In: **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.

VASCONCELLOS Maria Drosila. Pierre Bourdieu: A Herança Sociológica. In: **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 78, Abril/2002.

Para realizar a atividade da UNIDADE D, entre em contato com o professor da disciplina.

UNIDADE E

Características Sociológicas da Sociedade Brasileira

Objetivos

- Conhecer o desenvolvimento histórico-social da Sociologia no Brasil;
- Destacar a virada do paradigma cultural como forma de reconhecimento das diferenças para a formação das identidades culturais;
- Compreender as configurações do contexto atual e sua relação com a Sociologia da Educação.

Introdução

Nesta unidade, abordaremos o desenvolvimento histórico-social da Sociologia no Brasil, desde a colonização até os dias atuais. Em seguida abordaremos os temas e as questões da Sociologia Contemporânea que se desencadearam a partir das relações sociais advindas das novas dinâmicas políticas, econômicas e culturais presentes na sociedade.

O Desenvolvimento Histórico-Social da Sociologia no Brasil

A Sociologia foi recebida no Brasil como uma novidade intelectual advinda de uma criação europeia. Seu surgimento reponta quase que paralelamente à obra de Comte e de outros pioneiros da Sociologia.

No período colonial, os papéis intelectuais ligados ao saber racional foram monopolizados pelo clero, que se encarregou de transmitir a fé religiosa e a educação das novas gerações. Coube à Igreja exercer uma influência na construção do sistema intelectual de concepção do mundo, não sendo inseridas nesse contexto propostas intelectuais de caráter inovador.

As condições sociais que começam a oferecer suporte ao desenvolvimento do saber racional, surgem na sociedade brasileira a partir do século XIX. Nesse período, uma parcela maior da população começa a participar das tarefas políticas e

administrativas, que até então eram restritas à aristocracia e a uma elite responsável por exercer as funções públicas e administrativas.

O abolicionismo representou a primeira revolução social por que passou a sociedade brasileira. Com a abolição, começaram a ruir os alicerces da antiga ordem social (jurídicos, políticos e econômicos) e a constituir-se uma nova ordem social, organizada com base no regime de classes sociais. Outros desenvolvimentos posteriores, como a industrialização e o crescimento urbano, contribuíram para acelerar ainda mais o ritmo de desagregação da herança cultural e social, vinculada ao passado rural.

Com a desagregação do regime escravocrata e senhorial e com a transição para o regime de classes sociais, iniciou na sociedade brasileira um aumento da massa de especialistas em diversos ramos das profissões liberais (advogados, médicos, jornalistas, entre outros) e de funcionários. Isso restringiu as ações e os interesses da camada senhorial de modo que, no século XIX, já existia no Brasil uma inteligência cujos componentes individuais não reagiam de modo uniforme às pressões conservadoras das camadas dominantes.

É nos setores radicais dessa inteligência que se processa a crescente liberdade na aplicação de técnicas do pensamento racional, surgindo as primeiras tentativas de reflexão sociológica, que emergem como uma crítica econômica e político-administrativa.

O processo de desagregação da sociedade escravocrata e senhorial se refletiu de duas maneiras sobre o desenvolvimento da Sociologia no Brasil. De um lado, mediante a influência dos movimentos abolicionistas na formação do horizonte intelectual médio. De outro, pelas conseqüências intelectuais da própria desagregação da ordem estabelecida.

O ataque ao regime escravocrata e senhorial apresentou uma gradual extensão do campo de análise crítica da ordem social existente. Assim, quando o abolicionismo ganhou maior impulso, todos os aspectos da vida social brasileira, ligados direta ou indiretamente à escravidão, caíram na esfera de consciência social e puderam ser apreciados, acima do poder dos costumes.

A partir do século XIX, é possível verificar três épocas de desenvolvimento da reflexão sociológica na sociedade brasileira³. A primeira época se caracteriza pela exploração da Sociologia como uma perspectiva dependente de interpretação. A segunda época, pelo uso do pensamento racional como forma de consciência e de explicação das condições histórico-sociais de existência da sociedade brasileira. A terceira época se caracteriza pela preocupação dominante de subordinar o labor intelectual, no estudo dos fenômenos sociais, aos padrões de trabalho científico sistemático. Com isso, formam-se aspirações no sentido de contribuir para o progresso da Sociologia como disciplina científica.

Os anos 30 representam um marco significativo para a História da Sociologia no Brasil. A fase pré-científica começa com a importação das idéias européias, como o positivismo e o evolucionismo. Nessa lógica dedutivista, a Sociologia é vista como um recurso parcial e uma perspectiva dependente de interpretações. Já a educação, embora não tenha sido foco de interesse para os estudos sociológicos, foi utilizada como tentativa (malsucedida) de formar uma nova mentalidade voltada para as ciências positivistas. A Sociologia associada à moral é incluída pela primeira vez no currículo da escola secundária, por um curto período, embora sem efeitos práticos.

A segunda fase do desenvolvimento da Sociologia estende-se de 1928 a 1935, quando o ensino da disciplina é introduzido em currículos de ensino médio e superior. Nesse período, marcado pela grande depressão, a política brasileira sofre os impactos da revolução de 1930, que contribuíram para acelerar o sistema de poder. O surgimento da sociedade urbano-industrial desintegrou a ordem social e gerou, em termos de racionalização, novas condições para a valorização da Sociologia, levando à exploração regular de técnicas e conhecimentos científicos. Com isso, as ciências sociais ganham relevo e surge uma compreensão racional das funções da educação.

A insatisfação com as condições educacionais do país vinham crescendo nos anos 20, bem como a procura por novas bases para reformas de educação através do movimento da Escola Nova. Como parte da tentativa de atender às novas demandas, a Sociologia passa a ser incluída nos cursos de formação de professores. A educação, porém não despertou interesse dos pesquisadores, delineando-se uma separação entre os educadores e os cientistas sociais.

³ A intenção aqui consiste em esclarecer as relações e interesses que passam a surgir entre o Direito e a sociedade, entre a Literatura e o contexto social, o Estado e a organização social.

Nos anos 50, a Sociologia no Brasil ruma para a consolidação e uma geração de sociólogos brasileiros, ex-alunos dos professores estrangeiros, dá considerável impulso ao seu ensino e pesquisa. Nesse período, a Sociologia caminha no sentido de buscar independência em relação à importação de idéias e analisar os problemas sociais da realidade brasileira, unindo a teoria e a prática.

A ciência sociológica nos anos 50 caracterizou-se pela expansão da pesquisa de diversos temas, em virtude da existência de inúmeros campos e problemas inexplorados ou negligenciados, sendo um desses campos, a educação. Nessa direção, entre 1930 e 1950, os pesquisadores estão voltados para o esclarecimento de aspectos regionais e locais, a fim de oferecer bases à adequação dos currículos às comunidades.

De 1950 em diante, a tônica tende a ser o papel da educação como vetor de transformação social. No fim da década de 50 e nos anos 60, o INEP, que até então concentra suas pesquisas sobre aspectos psicopedagógicos, encontra-se com a Sociologia e produz diversos trabalhos de importância para a educação. Tal mudança de enfoque tornou-se possível na educação através de um pioneiro da Educação Nova, Anísio Teixeira, preocupado com as disparidades sociais e educacionais no país.

No panorama dos anos 60, a Sociologia apresenta outras características, colocando-se como ciência que buscava estudar o real e modificá-lo. Cresceu o volume de pesquisas e a variedade de seus temas.

A trajetória dos estudos sociológicos da educação tem duas fases distintas. A primeira, conhecida como a fase do "otimismo pedagógico", vai até 1960 e é caracterizada por conceber a educação como fator de democratização e de melhoramento da natureza humana. A segunda, que acontece nos anos 70, é conhecida como a fase do "pessimismo pedagógico", uma vez que a educação não alcançou as expectativas em relação aos efeitos sociais. Isso gerou um período de desilusão e cinismo, já que a educação passou a ser vista como um processo de manutenção do poder estabelecido.

A estas fases correspondem também os paradigmas do conflito e do consenso, que vêem a sociedade como um conjunto de pessoas e grupos unidos por valores comuns, que geram um consenso espontâneo.

Desde os anos 60, o mundo tem sido marcado pelas contestações dos padrões estabelecidos, lutas internas e crescentes dificuldades econômicas. Por

acrécimo, as reformas educacionais não atendem às demandas em grande parte irrealistas do seu contexto social. Com isso, passa a vicejar o paradigma do conflito, representado pelo neomarxismo, utopismo e outras correntes. A sociedade passa a ser vista basicamente como um conjunto de grupos em contínuo conflito, onde uns estabelecem dominação sobre os outros. Em vez de um consenso espontâneo, obtém-se um consenso imposto. Nesse sentido, a educação é considerada um instrumento de dominação e de dissimulação do verdadeiro caráter da dominação.

Temas e Questões da Sociologia Contemporânea: Estudos de Educação

As transformações da sociedade contemporânea mudaram o foco dos problemas sociológicos. A ascensão do capitalismo no século passado foi o principal problema a ser analisado pelos sociólogos da época, como visto anteriormente. No mundo contemporâneo, o processo de globalização aliado às tecnologias de comunicação e informação trouxe grandes mudanças para a sociedade. Diante desse panorama, a Sociologia voltou-se para novos problemas de pesquisa, para as diferentes relações sociais advindas das nascentes dinâmicas políticas, econômicas e culturais.

Como salientado nos tópicos anteriores, a disciplina sociológica nasceu com a necessidade de compreender as transformações que ocorrem nas relações sociais. Assim, Sociologia busca analisar o homem enquanto ser social, enquanto ator de sua sociedade ou enquanto parte e influenciado pela sociedade. De qualquer forma, essa ciência vem tentando compreender as organizações em sociedade que os indivíduos estabelecem ao longo de seu processo de socialização. Nesse sentido, a educação torna-se um objeto relevante para a Sociologia, tendo em vista que o processo educacional é um processo de socialização. A educação ocorre em todos os ambientes de socialização, como a família, a escola, a igreja, entre outros.

A Sociologia da Educação, portanto, tornou-se uma disciplina específica a partir do interesse de alguns sociólogos pelo processo educacional, como Durkheim. Ao longo de sua existência, a Sociologia da Educação vem problematizando as dinâmicas contemporâneas que englobam a socialização, a esfera cultural, econômica e política, a educação formal e informal, entre outras.

Como afirma Kruppa, “A socialização e, por decorrência, a educação dependem da capacidade que os homens têm de influírem uns no comportamento

dos outros, modificando-se mutuamente, no processo de interação social” (KRUPPA, 1993, p. 23). Esse pensamento nos esclarece a relação entre socialização, interação social e educação. Ou seja, o processo de socialização ocorre nas interações sociais cotidianas pelas quais o indivíduo passa durante sua existência, convivendo com as regras, normas e valores de sua sociedade, tendo a possibilidade de modificá-las. As instituições sociais foram criadas pelos homens para a organização em sociedade, como forma de regulamentar as normas para a vida e ‘formar’ sujeitos sociais. Nesse sentido, as instituições sociais têm o papel de educar o indivíduo, transmitindo as normas e valores de cada grupo social. A escola, a família, o Estado, a igreja, são as principais instituições responsáveis por delimitar e apresentar as regras e valores vigentes, ou seja, educar os indivíduos para a vida em sociedade.

A educação está ligada ao contexto social. A construção das regras e valores de um grupo ou uma sociedade perpassa os campos culturais da vida social. Dessa forma, a educação não pode ser analisada de modo isolado da cultura, pois a socialização possibilita a formação, que está relacionada ao contexto cultural dos sujeitos. A seguir, veremos o texto de DaMatta que esclarece o conceito de cultura e a importância de analisá-la.

Você tem cultura?

Outro dia ouvi uma pessoa dizer que “Maria não tinha cultura”, era “ignorante dos fatos básicos da política, economia e literatura”. Uma semana depois, no Museu onde trabalho, conversava com alunos sobre “a cultura dos índios Apinayé de Goiás”, que havia estudado de 1962 até 1976, quando publiquei um livro sobre eles (Um mundo dividido). Refletindo sobre os dois usos de uma mesma palavra, decidi que esta seria a melhor forma de discutir a idéia ou o conceito de cultura tal como nós, estudantes da sociedade a concebemos. Ou, melhor ainda, apresentar algumas noções sobre a cultura e o que ela quer dizer, não como uma simples palavra, mas como uma categoria intelectual, um conceito que pode nos ajudar a compreender melhor o que acontece no mundo em nossa volta.

Retomemos os exemplos mencionados porque eles encerram os dois sentidos mais comuns da palavra. No primeiro, usa-se cultura como sinônimo de sofisticação, de sabedoria, de educação no sentido restrito do termo. Quer dizer, quando falamos que “Maria não tem cultura”, e que “João é culto”, estamos nos referindo a um certo estado educacional destas pessoas, querendo indicar com isto sua capacidade de compreender ou organizar certos dados e situações. Cultura aqui é equivalente a volume de leituras, a controle de informações, a títulos universitários e chega até mesmo a ser confundido com inteligência, como se a habilidade para realizar certas operações mentais e lógicas (que definem de fato a inteligência), fosse algo a ser medido ou arbitrado pelo número de livros que uma pessoa leu, as línguas que pode falar, ou ao quadros e pintores que pode, de memória, enumerar. Como uma espécie de prova desta associação, temos o velho ditado informando que “cultura não traz discernimento”... ou inteligência, como estou discutindo aqui. Neste sentido, cultura é uma palavra usada para classificar as pessoas e, às vezes, grupos sociais, servindo como uma arma discriminatória contra algum sexo, idade (“as gerações mais novas são incultas”), etnia (“os pretos não tem cultura”) ou mesmo sociedades inteiras, quando se diz que “os franceses são cultos e civilizados” em oposição aos americanos que são “ignorantes e grosseiros”. Do mesmo modo é comum ouvir-se referências à humanidade, cujos valores seguem tradições diferentes e

desconhecidas, como a dos índios, como sendo sociedades que estão “na Idade da Pedra” e se encontram em “estágio cultural muito atrasado”. A palavra cultura, enquanto categoria do senso comum ocupa como vemos um importante lugar no nosso acervo conceitual, ficando lado-a-lado de outras, cujo uso na vida cotidiana é também muito comum. Estou me lembrando da palavra “personalidade” que, tal como ocorre com a palavra “cultura”, penetra o nosso vocabulário com dois sentidos bem diferenciados. No campo da Psicologia, personalidade define o conjunto dos traços que caracterizam todos os seres humanos. É aquilo que singulariza todos e cada um de nós como uma pessoa diferente, com interesses, capacidades e emoções particulares. Mas na vida diária, personalidade é usada como um marco para algo desejável e invejável de uma pessoa. Assim, certas pessoas teriam “personalidade” outras não! É comum se dizer que “João tem personalidade” quando de fato se quer indicar que “João tem magnetismo”, sendo uma pessoa “com presença”. Do mesmo modo, dizer que “João não tem personalidade”, quer apenas dizer que ele não é uma pessoa atraente ou inteligente.

Mas no fundo, todos temos personalidade, embora nem todos possamos ser pessoas belas ou magnetizadoras como um artista da Novela das Oito. Mesmo uma pessoa “sem personalidade” tem, paradoxalmente, personalidade na medida em que ocupa um espaço social e físico e tem desejos e necessidades. Pode ser uma pessoa sumamente apagada, mas ser assim é precisamente o traço marcante de sua personalidade.

No caso do conceito de cultura ocorre o mesmo, embora nem todos saibam disso. De fato, quando um antropólogo social fala em “cultura”, ele usa a palavra como um conceito chave para a interpretação da vida social. Porque para nós “cultura” não é simplesmente um referente que marca uma hierarquia de “civilização” mas a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa. Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas.

É justamente porque compartilham de parcelas importantes deste código (a cultura) que um conjunto de indivíduos com interesses e capacidades distintas e até mesmo opostas, transformam-se num grupo e podem viver juntos sentindo-se parte de uma mesma totalidade. Podem, assim, desenvolver relações entre si porque a cultura lhes forneceu normas que dizem respeito aos modos, mais (ou menos) apropriados de comportamento diante de certas situações. Por outro lado, a cultura não é um código que se escolhe simplesmente. É algo que está dentro e fora de cada um de nós, como as regras de um jogo de futebol, que permitem o entendimento do jogo e, também, a ação de cada jogador, juiz, bandeirinha e torcida (...).

No sentido antropológico, portanto, a cultura é um conjunto de regras que nos diz como o mundo pode e deve ser classificado. Ela, como os textos teatrais, não pode prever completamente como iremos nos sentir em cada papel que devemos ou temos necessariamente que desempenhar, mas indica maneiras gerais e exemplos de como pessoas que viveram antes de nós os desempenharam. Mas isso não impede, conforme sabemos, emoções. Do mesmo modo que um jogo de futebol com suas regras fixas não impede renovadas emoções em cada jogo. É que as regras apenas indicam os limites e apontam os elementos e suas combinações explícitas. O seu funcionamento e, sobretudo, o modo pelo qual elas engendram novas combinações em situações concretas é algo que só a realidade pode dizer. Porque embora cada cultura contenha um conjunto finito de regras, suas possibilidades de atualização, expressão e reação em situações concretas, são infinitas.

Apresentada assim, a cultura parece ser um bom instrumento para compreender as diferenças entre os homens e as sociedades. Elas não seriam dadas, de uma vez por todas, por meio de um meio geográfico ou de uma raça, como diziam os estudiosos do passado, mas em diferentes configurações ou relações que cada sociedade estabelece no decorrer de sua história. Mas é importante acentuar que a base destas configurações, é sempre um repertório comum de potencialidades. Algumas sociedades desenvolveram algumas dessas potencialidades mais e melhor do que outras, mas isso não significa que elas sejam mais pervertidas ou mais adiantadas. O que isso parece indicar é, antes de mais nada, o enorme potencial que cada cultura encerra, como elemento plástico, capaz de receber as variações e motivações dos seus membros, bem como os desafios externos. Nosso sistema caminhou na direção de um poderoso controle sobre a natureza, mas isso é apenas um traço entre muitos outros. Há sociedades na Amazônia onde o controle da natureza é muito pobre, mas onde existe uma enorme sabedoria relativa ao equilíbrio entre os homens e os grupos cujos interesses são divergentes. O respeito pela vida que todas as sociedades indígenas nos apresentam, de modo tão vivo, pois que os animais são seres incluídos na formação e discussão de sua moralidade e sistema político, parece se constituir não em exemplo de ignorância e indigência lógica, mas em verdadeira lição, pois respeitar a vida deve certamente incluir toda a vida e não apenas a vida humana. Hoje estamos mais conscientes do preço que pagamos pela exploração

desenfreada do mundo natural sem a necessária moralidade que nos liga inevitavelmente às plantas, aos animais, aos rios e aos mares. Realmente, pela escala destas sociedades tribais, somos uma sociedade de bárbaros, incapazes de compreender o significado profundo dos elos que nos ligam com todo o mundo em escala global. Pois é assim que pensam os índios e por isso que as suas histórias são povoadas de animais que falam e homens que se transformam em animais. Conosco, são as máquinas que tomam esse lugar...

O conceito de cultura, ou, a cultura como conceito, então, permite uma perspectiva mais consciente de nós mesmos. Precisamente porque diz que não há homens sem cultura e permite comparar culturas e configurações culturais como entidades iguais, deixando de estabelecer hierarquias em que inevitavelmente existiriam sociedades superiores e inferiores. Mesmo diante de formas culturais aparentemente irracionais, cruéis ou pervertidas, existe o homem a entendê-las – ainda que seja para evitá-las, como fazemos com o crime - é uma tarefa inevitável que faz parte da condição de ser humano e viver num universo marcado e demarcado pela cultura. Em outras palavras, a cultura permite traduzir melhor a diferença entre nós e os outros e, assim fazendo, resgatar a nossa humanidade no outro e a do outro em nós mesmos. Num mundo como o nosso, tão pequeno pela comunicação em escala planetária, isso me parece muito importante. Porque já não se trata somente de fabricar mais e mais automóveis, conforme pensávamos em 1950, mas desenvolver nossa capacidade para enxergar melhores caminhos para os pobres, os marginais e os oprimidos. E isso só se faz com uma atitude aberta para as formas e configurações sociais que, como revela o conceito de cultura, estão dentro e fora de nós. Num país como o nosso, onde as formas hierarquizantes de classificação cultural sempre foram dominantes, onde a elite sempre esteve disposta a autoflagelar-se dizendo que não temos uma cultura, nada mais saudável do que esse exercício antropológico de descobrir que a fórmula negativa - esse dizer que não temos cultura é, paradoxalmente, um modo de agir cultural que deve ser visto, pesado e talvez substituído por uma fórmula mais confiante no nosso futuro e nas nossas potencialidades.

(Roberto Da Matta, 1986, p. 121-128)

O texto do antropólogo brasileiro Roberto Da Matta explicita os entendimentos sobre cultura e sua distinção com o conhecimento escolar. Por muito tempo, a cultura foi confundida com a idéia de conhecimento científico, erudito, baseado na cultura européia. Sob este pensamento eurocêntrico, muitos povos eram considerados sem cultura, por não conhecerem as Letras, a Matemática, a História Européia. E através desse entendimento, justificava-se a relação de poder e dominação entre os povos e a imposição dos valores. Um exemplo disso é a imposição da cultura européia aos povos brasileiros aqui encontrados no ‘descobrimento’ do Brasil, chamados de forma geral de ‘índios’. Denominação que ignorou a cultura desses povos e as diferenças que existiam e existem entre as distintas tribos.

A evolução da ciência nos trouxe outras compreensões da vida e o relativismo cultural apresentou-nos um novo olhar sobre a cultura e as diferenças culturais que observamos cotidianamente. Assim, hoje sabemos que existem diferentes culturas e que não há indivíduo sem cultura, pois desde pequenos somos inseridos em um contexto cultural e vamos recebendo um conjunto de costumes e valores, que simbolicamente nos faz pertencer a um determinado grupo, etnia ou sociedade. O reconhecimento e a reivindicação dos símbolos e significados de um

determinado grupo proporcionam um sentimento de pertencimento dos sujeitos, uma forma de situar os indivíduos no mundo. A este pertencimento podemos chamar de identidade social.

“O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, sendo a cultura essas teias” (Cliford Geertz).

Os indivíduos que compartilham o mesmo código cultural, reconhecendo-se enquanto parte de um grupo cultural representam o que chamamos de **identidade cultural**. Hoje, podemos ter diversas e distintas identidades culturais, o que chamamos de identidades híbridas, ou seja, fazemos parte de diferentes grupos culturais e sociais, temos uma identidade nacional e uma regional, fazemos parte de uma religião ou temos uma origem étnica. Por exemplo, um indivíduo pode ter uma identidade nacional brasileira, uma identidade étnica italiana, ser gaúcho, pertencer a um grupo que goste de samba, etc. O indivíduo pode assumir todas essas identidades, cada qual com seu conjunto de símbolos, valores e costumes.

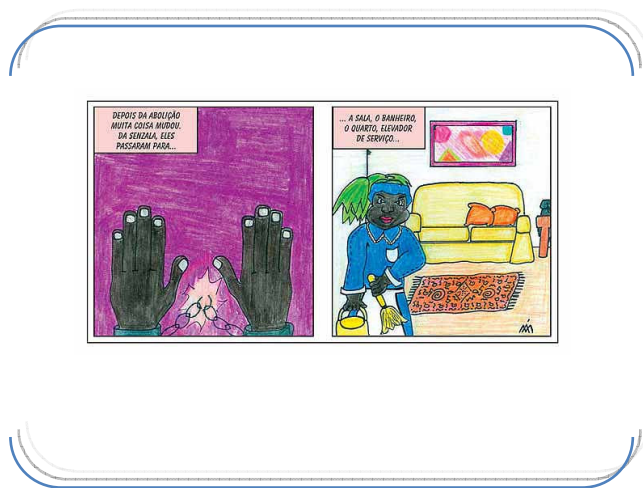
Devemos destacar que tanto a cultura quanto a identidade cultural são móveis e dinâmicas, ou seja, os costumes, crenças, valores e modos de ser e de fazer são constantemente criados e recriados nos grupos culturais. No cotidiano, os indivíduos reivindicam seu pertencimento a um grupo, ou seja, reivindicam sua identidade cultivando os costumes, as crenças, todos os símbolos que o identificam.

“Cada povo tem uma cultura própria. Cada sociedade elabora sua própria cultura e recebe a influência de outras culturas. Todas as sociedades, desde as mais simples até as mais complexas, possuem cultura. Não há sociedade sem cultura, do mesmo modo que não existe ser humano sem cultura” (Pérsio Santos).

Muitos grupos e culturas são discriminados e seus elementos culturais são usados para estigmatizá-los. No século XXI, o preconceito, a discriminação e até mesmo o racismo ainda fazem parte da nossa sociedade, apesar da evolução do conhecimento científico, segundo o qual, biologicamente, não existem diferenças raciais entre os seres humanos. No Brasil, os índices estatísticos nos mostram a discriminação dos negros, pela baixa escolaridade, menor renda, entre outras características que apresentam resquícios da escravidão. Elementos culturais como a religião de matriz africana, Candomblé e Umbanda, continuam sendo segregadas e discriminadas somente pelo fato de não apresentarem uma origem ocidental, monoteísta e branca. A sociedade brasileira é um misto de diversas culturas, cores e crenças e, portanto, não temos como falar de raça, nem mesmo alimentarmos o preconceito já existente, pois somos parte de uma sociedade onde a diversidade impera.

A cultura européia, branca, ainda se percebe como superior como referência para outras culturas e povos que são por ela discriminadas. Muitas vezes a História, a qual estudamos nas escolas, é contada a partir da Europa, onde o Brasil apenas

aparece a partir de seu “descobrimento”, sendo ignorada e discriminada a cultura indígena que aqui existia (o próprio termo índio ignora as diferenças tribais que ainda existem). É contraditório estudarmos a África apenas após a dominação européia e a



escravidão, quando os estudos científicos nos mostram que a origem da humanidade surgiu no Continente Africano. Portanto, a cultura e a identidade podem ser usadas de diferentes formas, tanto para afirmar uma cultura e valorizá-la quanto para dominação. De forma mais dura, a dominação e a colonização da América, da África e do Oriente são exemplos de discriminação e imposição da cultura ocidental como superior. Na atualidade, esse processo se reflete a partir de certos padrões culturais (beleza, moda, consumo), muitas vezes, ditados pela cultura ocidental,

E tudo mudou...

O rouge virou blush
O pó-de-arroz virou pó-compacto
O brilho virou gloss

O rímel virou máscara incolor
A Lycra virou stretch
Anabela virou plataforma
O corpete virou porta-seios
Que virou sutiã
Que virou lib
Que virou silicone

A peruca virou aplique, interlace,
megahair, alongamento
A escova virou chapinha
"Problemas de moça" viraram
TPM
Confete virou MM

A crise de nervos virou estresse
A chita virou viscosa.
A purpurina virou gliter
A brilhantina virou mousse

Os halteres viraram bomba
A ergométrica virou spinning
A tanga virou fio dental
E o fio dental virou anti-séptico
bucal

Ninguém mais vê...

Ping-Pong virou Babaloo
O a-la-carte virou self-service

A tristeza, depressão
O espaguete virou Miojo pronto
A paquera virou pegação
A gafeira virou dança de salão

O que era praça virou shopping
A areia virou ringue
A caneta virou teclado
O long play virou CD

A fita de vídeo é DVD
O CD já é MP3
É um filho onde éramos seis
O álbum de fotos agora é mostrado
por email

O namoro agora é virtual
A cantada virou torpedo
E do "não" não se tem medo
O break virou street

O samba, pagode
O carnaval de rua virou Sapucaí
O folclore brasileiro, halloween
O piano agora é teclado, também

norte-americana e européia, que cotidianamente moldam comportamentos e estilos de vida.

A busca do homem e dos grupos sociais pela igualdade e, ao mesmo tempo, pela diferença é salientada por Santos quando diz que: "Temos o direito de ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos caracteriza" (SANTOS, 1995, p. 41).

Nessa perspectiva, o que a Sociologia busca trabalhar é o respeito pela diferença, é o **relativismo cultural**. Relativizar significa olhar o outro sem preconceito, ou seja, não olhar os costumes do outro segundo os nossos valores, colocando-os como inferiores. Para conviver em nossa sociedade contemporânea, é fundamental compreender e respeitar a diversidade social, como elemento para a cidadania. A igualdade que se busca é a que todos tenham os mesmos direitos, já instituídos como direitos humanos e não a homogeneidade cultural.

Globalização: O Que É e Quais seus Efeitos na Sociedade e na Educação

A globalização está presente na sociedade. Mas o que é este fenômeno que trouxe grandes transformações para a sociedade em âmbito global?

O termo globalização, em si, não apresenta nenhuma valoração. A globalização consiste em um fenômeno que teve sua origem com os avanços da tecnologia de comunicação e informação. Constitui a interligação e a intensificação das relações comerciais, sociais, políticas, culturais e econômicas, entre os diversos países do planeta. Este fenômeno, ligado à área comercial

O forró de sanfona ficou eletrônico
Fortificante não é mais Biotônico
Bicicleta virou Bis
Polícia e ladrão virou counter
strike

Folhetins são novelas de TV
Fauna e flora a desaparecer
Lobato virou Paulo Coelho
Caetano virou um chato

Chico sumiu da FM e TV
Baby se converteu
RPM desapareceu
Elis ressuscitou em Maria Rita?
Gal virou fênix
Raul e Renato,
Cássia e Cazuza,
Lennon e Elvis,
Todos anjos
Agora só tocam lira...

A AIDS virou gripe
A bala antes encontrada agora é
perdida
A violência está coisa maldita!

A maconha é calmante
O professor é agora o facilitador
As lições já não importam mais
A guerra superou a paz
E a sociedade ficou incapaz...

... De tudo.

Inclusive de notar essas diferenças

[Luis Fernando Veríssimo](#)

e política, está relacionado à dissolução das barreiras comerciais entre os países - o que conhecemos como política neoliberal. Essa nova configuração mundial nos apresenta um mundo cheio de mudanças, onde o acesso à informação e à comunicação se tornou mais rápido, o mundo tornou-se mais dinâmico e as relações mais próximas.

Analisando a crônica de Luiz Fernando Veríssimo, percebemos as pequenas mudanças que ele aponta para refletirmos no mundo em que vivemos e o que está por trás dessas mudanças.

A globalização traz como principal característica a intensificação das relações sociais. As mídias informatizadas nos permitem viajar pelo tempo e pelo espaço sem sair de casa, ou melhor, sem sair da frente do computador ou da televisão.

Observemos, por exemplo, o atentado ao *World Trade Center*. Você se lembra onde estava naquela manhã de 11 de setembro de 2001? Provavelmente a maioria das pessoas pôde ver o fato praticamente no momento em que acontecia, algumas um pouco depois. Este exemplo nos

mostra que, com o avanço da tecnologia, as distâncias e o tempo diminuíram. Podemos ver acontecimentos no mesmo instante em que acontecem, podemos viajar para a Europa em poucas horas. Podemos ir ao Nordeste e voltarmos no mesmo dia.

Com a globalização, muitas mudanças nas instituições sociais, nos valores, nas regras são contestadas e mudadas.

Muitas são as vantagens desse mundo mais fácil e mais rápido. Mas muitas são as conseqüências. O conceito de cidadania, por exemplo, mudou no mundo globalizado, o que exige o entendimento para a participação nesse processo. Como a educação muitas vezes não dá conta dessa complexidade, muitos sujeitos ficam à margem e não participam dessas transformações geradas pelos novos tempos. Nações inteiras são deixadas de fora da distribuição das riquezas, às vezes, tiradas de seu próprio solo. Ou seja, a globalização e os avanços tecnológicos nem sempre

estão voltados para todos. Os sujeitos são e serão incluídos e ou excluídos, dependendo das políticas públicas em questão.

Existem outros fatores negativos que se intensificaram com a globalização, tais como, o terrorismo, a degradação ambiental e a banalização da violência. São efeitos colaterais que precisam ser atacados de frente pelos governos nacionais e que são mais visíveis em áreas onde a miséria existe. A exploração da mão-de-obra infantil é típica nessas regiões, assim como a prostituição e até mesmo o trabalho escravo. São males que há muito acompanham a humanidade e que com a globalização foram potencializados e ganharam mais visibilidade.

No contexto geral, contudo, os benefícios oriundos deste processo foram muito mais positivos do que as suas mazelas apregoadas pelos críticos. Um fato concreto é que a globalização veio para ficar e é irreversível, portanto, teremos que descobrir formas que possam erradicar seus malefícios e aproveitar o desenvolvimento social que ela pode nos proporcionar. Um dos caminhos possíveis é a educação, ao lado de políticas públicas interessadas com a formação cidadã.

O processo de globalização está trazendo transformações para as sociedades contemporâneas. O acelerado desenvolvimento tecnológico e cultural, principalmente na área da comunicação, caracteriza uma nova etapa do capitalismo e coloca novos desafios para o homem nos tempos contemporâneos. Cultura, Estado, mundo do trabalho, educação, entre outros, passam por um novo paradigma, caracterizado pela ênfase à autonomia, pela reflexão e pela problematização da tradição. No mundo do trabalho, a autonomia é a diferença que marca a mudança do predomínio dos paradigmas econômicos e sociais (fordismo para o pós-fordismo). Vemos o fim dos empregos e a criação de oportunidades de trabalho. Ou seja, oportunidades para pessoas trabalharem como profissionais liberais, donos de suas próprias empresas de prestação de serviço. O mercado busca hoje, pessoas capacitadas para uma nova forma de trabalhar, com mais autonomia para realizar seus objetivos, com metas e que sejam mais reflexivas e acompanhem as constantes transformações.

Já no que tange à educação, a mesma vem possibilitando o desenvolvimento desse valor, trabalhando o homem integralmente para que ele possa não só atender aos requisitos do mercado, mas também atuar como cidadão no mundo globalizado. Nossa análise caminhará sempre no sentido dos limites e das possibilidades nesse mundo, tendo como categoria central a autonomia. Nesse

contexto, a Sociologia busca auxiliar a educação na formação de sujeitos capazes de interpretar e compreender a sociedade e o mundo em que vivem.



Os sujeitos não podem ser fantoches da sociedade, pois são também atores dessa sociedade. Vamos, portanto, refletir e conhecer melhor a sociedade em que vivemos.

SAIBA MAIS

A Sociologia no Sistema Educacional Brasileiro

A obrigatoriedade do ensino da disciplina de Sociologia da Educação ocorreu diante das reformas estaduais ocorridas na década de 1920, desencadeando a criação e/ou reformulação de diversos institutos de educação. A orientação dessas reformas era dotar os professores de uma base científica, considerada como condição para o processo de transformação do sistema escolar brasileiro. Isso se deu através da promulgação da Reforma Rocha Vaz, realizada em 1925.

Um dos grupos atuantes nesse período foi o dos Pioneiros da Escola Nova, formado no pós-1930. Além de se opor ao projeto educacional da Igreja, tinha a ambição de transformar o país por meio do seu sistema de ensino. Seus membros acreditavam também na aplicação de princípios científicos no planejamento da educação, embora imperasse uma elevada dose de autodidatismo entre eles.

Alguns dos conhecimentos da Sociologia de Durkheim e da Filosofia de Dewey seriam utilizados para respaldar o pretendido diferencial científico. Dessa forma, o documento que os uniu, o *Manifesto dos Pioneiros de 1932*, contribuiu não apenas para defender uma ampla agenda de reformas educacionais no país – incluindo a defesa de uma educação pública e laica – mas levantou também o debate sobre a profissionalização do intelectual como assessor técnico das reformas sociais. Entre os signatários do *Manifesto dos Pioneiros* destacavam-se Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Júlio de Mesquita, Paschoal Leme, Cecília Meireles, Delgado de Carvalho.

A partir de 1937, o ideal de “educar para a sociedade”, pleiteado pelos Pioneiros, foi substituído pela concepção “educar para a pátria”.

Ao abordarmos as relações entre educação e Sociologia no Brasil no período de 1964 a 1979, torna-se difícil definir o lugar da Sociologia durante o regime militar. Isso porque houve uma visível repressão política aos setores de esquerda, no controle da liberdade acadêmica das universidades, na cassação e aposentadorias compulsórias de vários professores universitários.

A Sociologia, que vinha adquirindo uma gradativa visibilidade no espaço público, perdeu o papel de mapeamento dos rumos da mudança social e de seu planejamento, sendo, em larga medida, alijada das esferas estatais de análises socioeconômicas aplicadas. Entre as ciências sociais, a Ciência Econômica foi a que conquistou maior legitimidade científica no contexto político.

Após uma fase de acentuado recuo no interior das ciências sociais brasileira, assiste-se, a partir da década de 1980, a retomada de uma reflexão sistemática e da realização metódica de trabalhos teóricos e empíricos sobre o tema da educação e de sua articulação com outros campos sociais.

Na atualidade, a posição da Sociologia no sistema educacional brasileiro oscila de maneira irregular, devido aos diversos interesses políticos, econômicos e culturais presentes na sociedade atual.

SAIBA MAIS

Obstáculos Culturais e Limitações Institucionais à Expansão da Pesquisa Sociológica

A Sociologia se defrontou com dois tipos de obstáculos culturais na sociedade brasileira no século XIX. Por um lado, com os que emanavam da incompatibilidade da ordem patrimonial com a livre exploração do pensamento racional, o que determinava uma atividade intelectual limitada a um cosmos moral fechado e conservador. Por outro, com o que provinha da resistência cultural aos fundamentos da concepção científica do mundo, em que a sociedade tinha suas atitudes pautadas pelos interesses conservadores e por valores religiosos. Nem os contatos e a comunicação da sociedade brasileira com o exterior foram suficientes para alterar o poder dos costumes e das tradições.

Apesar do aumento da pesquisa sociológica no Brasil, ainda encontramos a falta de recursos econômicos, técnicos e humanos. O financiamento e o incentivo à pesquisa científica ainda recaem, quase que totalmente, nos orçamentos dos Estados e da União. As subvenções particulares são raras e irregulares. As ciências sociais não contam com o aparato material de pesquisa e com o reconhecimento de valor que beneficiam as ciências de laboratório. Os recursos financeiros disponíveis são insuficientes para fomentar a organização do trabalho científico em bases apropriadas, resultando em conseqüências danosas para o progresso da Sociologia como ciência.

Assim, o desenvolvimento da pesquisa sociológica se vê atrelado a decisões tomadas por leigos que muitas vezes acabam dissimulando a posição da ciência na educação, na vida prática e política da nação.

SAIBA MAIS

O Padrão de Trabalho Científico da Sociologia

A pesquisa sociológica apresenta duas tendências, como predominância de um padrão histórico-sociográfico de análise da realidade ou como uma disciplina especulativa e empírica. “Nem teoria sem fatos, nem fatos sem teoria. Enquanto prevalecer um ou outro propósito isoladamente nas contribuições ditas científicas, estas estarão sofrendo um desequilíbrio fatal” (FERNANDES, 1976, p. 65).

No estudo sociológico, é possível verificar três espécies de noções extracientíficas. Na primeira, a reflexão sistemática sobre problemas sociais é realizada por políticos, romancistas, jornalistas, historiadores que qualificam como sociológicas produções intelectuais que não têm nenhuma relação com os

propósitos da investigação sociológica propriamente dita, identificando o conhecimento científico como conhecimento de senso comum.

Uma segunda representação converte a Sociologia em polarização intelectual de atitudes e convicções ideológicas. Ensaio inspirados pelo liberalismo, pelo integralismo, pelo socialismo são encarados como contribuições sociológicas. Nesse contexto, a Sociologia é projetada como uma ameaça aos costumes. Ex.: técnicas sindicalistas e a legislação trabalhista.

Numa terceira modalidade, a Sociologia é aceita como disciplina autônoma, com intuítos cientifzantes. Ela é desenvolvida com a cooperação de especialistas, com recurso racional de compreensão do presente, de propaganda e do reconhecimento intergrupar.

Uma das questões mais delicadas no campo da ética científica diz respeito à responsabilidade dos cientistas em face do meio social em que vivem. Eles precisam estar atentos ao destino que se dá às suas descobertas; à relação existente entre a organização da pesquisa científica e à estrutura social da comunidade.

O estudo e o ensino da Sociologia decorrem da necessidade de auxiliar os sujeitos frente à realidade social; também de sugerir-lhes pontos de vista mediante os quais possam compreender o seu tempo e normas com que poderão construir sua atividade na vida social.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1976.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ROSSATO, Ricardo, ROSSATO, Ermélio, ROSSATO, Elisiane Rubin. **As bases da Sociologia**. Santa Maria: Biblos, 2006.

Para realizar a atividade da UNIDADE E, entre em contato com o professor da disciplina.

SAIBA MAIS A RESPEITO DESSE ASSUNTO ACESSANDO:

Encontros e Desencontros da Sociologia e Educação no Brasil

Resenha: Graziella Moraes DIAS DA SILVA. Sociologia da Sociologia da Educação: Caminhos e Desafios de uma *Policy Science* no Brasil (1920-1979). Bragança Paulista, Editora da Universidade São Francisco.

POR: Carlos Benedito Martins

<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18085.pdf>

GOMES, Candido. **A Educação em Perspectiva Sociológica**. São Paulo: EPU, 1985.

Texto Complementar:

A Sociologia da Educação do Final dos Anos 60 / Início dos Anos 70: O Nascimento do Paradigma da Reprodução

Maria Alice Nogueira*

Bibliografia Básica:

BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Teoria Crítica e Teorias Educacionais: Uma Análise do Discurso sobre Educação. **Revista Educação & Sociedade**. ano XXI, n. 73, Dezembro/00. p. 182 – 205.

BRANDÃO, Zaia. O Jogo de Escalas na Sociologia da Educação. **Revista Educ. Soc.** Campinas, vol. 29, n. 103, p. 607-620, maio/ago. 2008.

DA COSTA, Marcio; DIAS DA SILVA, Graziella. Amor e Desprezo: O Velho Caso entre Sociologia e Educação no Âmbito do GT-14. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abr 2003, n. 22, p. 101-120.

DA MATTA, Roberto. "Você tem cultura?" In: **Explorações**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
FREITAG, Barbara. Florestan Fernandes Revisitado. **Revista Estudos Avançados**. 19 (55), 2005, p. 231-243.

MOLLO-BOUVIER, Suzanne. Transformação dos Modos de Socialização das Crianças: Uma Abordagem Sociológica. **Revista Educ. Soc.** Campinas, vol. 26, n. 91, p. 391-403, Maio/Ago. 2005.

MOTA, Kelly Cristine Corrêa da Silva. Os Lugares da Sociologia na Formação de Estudantes do Ensino Médio: As Perspectivas de Professores. **Revista Brasileira de Educação**. Maio /Jun /Jul /Ago 2005, n. 29, p. 88-108.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições. **Educação & Sociedade**. ano XXIII, n. 78, Abril/2002, p. 15-36.

RODRIGUES, Alberto T. **Sociologia da Educação**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2004 (Col. O que você precisa saber sobre...).

SANTOS, Boaventura S. **A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença**. Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, setembro de 1995.

SARMENTO, Mamuel Jacinto. Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância. **Revista Educ. Soc.** Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. **A Sociologia da Educação na França: Um Percorso Produtivo**. **Revista Educ. Soc.** Campinas, vol. 24, n. 83, agosto 2003, p. 553-573.

Bibliografia Complementar:

BANNEL, Ralph Ings. **Habermas & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CASTELLS, Manuel. (et.al.) **Novas Perspectivas Críticas em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

MATTOS, Patrícia. **A Sociologia Política do Reconhecimento**. As contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Annablume, 2006.

PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir (Orgs.). **Sociologia da Educação: Pesquisa e Realidade Brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude (Orgs.). **O Ofício do Professor**. História, Perspectivas e Desafios Internacionais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.